

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E AGRONEGÓCIO**

JULIANE TRAMONTIN BIEGER

**EFICÁCIA NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E O
PROJOVEM URBANO: O CASO DE TOLEDO-PR**

TOLEDO

2012

JULIANE TRAMONTIN BIEGER

**EFICÁCIA NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E O
PROJOVEM URBANO: O CASO DE TOLEDO-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antonio Colognese.

TOLEDO

2012

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

B586e Bieger, Juliane Tramontin
Eficácia na qualificação profissional de jovens e o ProJovem urbano: o caso de Toledo-PR / Juliane Tramontin Bieger. – Toledo, PR : [s. n.], 2012.
72 f.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Jovens - Emprego 2. Qualificações profissionais 3. Formação profissional 4. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Brasil) 5. Educação de jovens e adultos (Política) – Toledo - PR 6. Políticas públicas 7. Avaliação de programas sociais I. Colognese, Silvio Antônio, Orient. II. T

CDD 20. ed. 331. 34

JULIANE TRAMONTIN BIEGER

**EFICÁCIA NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E O
PROJOVEM URBANO: O CASO DE TOLEDO-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Valderice Cecília Limberger Rippel
Isepe / Unifass

Prof. Dr. Rosalvo Schütz
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Silvio Antônio Colognese
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 09 de agosto de 2012.

A Deus, acima de tudo,
aos meus pais, Agostinho e Rita,
ao meu esposo Arlei e ao meu filho Davi André,
aos meus irmãos, Gustavo e Anna.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me proveu de fé e força.

À UNIOESTE, pela oportunidade oferecida.

Ao meu professor e orientador, Dr Silvio Antonio Colognese, pela orientação e pela paciência dedicada.

À minha família, fonte de carinho e apoio.

Ao meu marido Arlei Bieger, pelo amor inabalável, pelo incentivo, pela paciência, por não medir esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Amor e gratidão sempre.

Ao meu filho Davi André, que chegou durante esta pesquisa e tão pequeno já dividiu minha atenção com os estudos.

Aos amigos, pelos incentivos.

Aos colegas do curso, pelas amizades e pelo companheirismo em todas as etapas do curso.

A todos os professores do programa, pelos ensinamentos e contribuições.

À Clarice Stahl, secretária do programa, pela dedicação e simpatia dispensada durante todo o curso.

Aos professores Alfredo Batista e Rosalvo Schütz, pela participação e orientações na banca de qualificação.

Aos professores João Carlos Chiochetta (UTFPR) e Terezinha Lúcia Detoni (UTFPR), pela recomendação, apoio e incentivo no início do curso.

Aos jovens do programa Projovem Urbano de Toledo-PR, pelas informações e contribuições para a realização deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista.

“Lutemos por um mundo novo... um mundo bom que a todos assegura o ensejo de trabalho, que dê futuro a juventude e segurança à velhice.”

Charles Chaplin

BIEGER, J. T. **Eficácia na qualificação profissional de jovens e o Projovem Urbano: o caso de Toledo-PR**. 2012. Dissertação. 72 f. (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*.

RESUMO

Esta dissertação aborda a temática da qualificação profissional de jovens, partindo de um programa de capacitação e inclusão de jovens, o Projovem Urbano. Nesse contexto, foi analisada a eficácia da base da qualificação profissional ofertada pelo programa no município de Toledo – PR no ano de 2009, o qual foi concluído no ano de 2010. Para nortear a proposta deste trabalho, utilizou-se, como alicerce referencial, fontes bibliográficas sobre as bases de um programa federal para a educação, o Projovem Urbano, assim como se abordou sua implantação, monitoramento e avaliação. Discorreu-se sobre a caracterização do município de Toledo - PR e a prática do programa, um histórico de políticas e programas públicos de qualificação profissional no Brasil, a qualificação profissional dos jovens inseridos no Projovem Urbano, avaliação de políticas públicas e a eficácia de políticas e programas de qualificação profissional. Partindo do problema identificado neste trabalho, a pesquisa pretende verificar o quanto o programa foi eficaz no alcance do seu objetivo inicial, proposto pelo viés da qualificação profissional. Para isso, o instrumental utilizado foi a entrevista, e a população estudada foram os alunos que concluíram todas as etapas do programa no ano de 2010, o que compreende um grupo de 60 jovens. Os resultados obtidos a partir da pesquisa permitiram conhecer, na etapa exploratória da pesquisa, as características pessoais, sociodemográficas e educacionais dos jovens evadidos do ensino regular. Por fim, permitiu uma avaliação dos resultados do programa Projovem Urbano pela ótica dos alunos participantes. Observou-se que o objetivo da qualificação profissional ofertada aos jovens inseridos no programa concentra-se no desenvolvimento de habilidades em prol do autoconhecimento, da sociabilidade e da realização pessoal. A soma desses fatores colabora para a inserção profissional, visando assegurar renda aos jovens, e assim proporcionar a sua autonomia. Apesar da gama de benefícios vislumbrados pelo programa, conclui-se que o programa mostrou-se mais positivo para jovens que não se encontravam trabalhando durante a realização do mesmo, o que era realidade para uma pequena parcela de alunos. Percebeu-se ainda que o esforço em qualificar jovens na área da administração também não agregou benefício considerável aos formados, os quais relataram obter melhores resultados com a Formação Técnica Geral, a qual visava o preparo para o mundo profissional, disjuncto de um campo específico de formação.

Palavras-chave: Projovem Urbano; Qualificação profissional; Eficácia; Jovens

BIEGER, J. T. **Effectiveness about the professional graduation of young people and the Projovem Urbano: the case of Toledo-PR.** 2012. Dissertação. 71 f. (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*.

ABSTRACT

This dissertation approaches the subject matter of the professional graduation of young people, coming from a graduation and inclusion program for young people, the Projovem Urbano. In this context, the base effectiveness of the professional graduation offered by the program in the municipality of Toledo-PR was analysed in the year of 2009 and this program was concluded in the year of 2010. In order to guide the proposal of this work, we used, as a referential base, bibliographical sources based on a federal program for the education, the Projovem Urbano, and how its implantation, monitoring and evaluation were approached. We have discoursed about the characterisation of the municipality of Toledo-PR and the execution of the program, an history of the policies and public programs of professional graduation in Brazil, the professional graduation of young people inserted in the Projovem Urbano, evaluation of public policies and the effectiveness of policies and programs of professional graduation. Coming from the identified problem in this work, the research intends to verify how much the program was efficient to reach its initial goal, proposed through the professional graduation. For that, the used tool, was the interview, and the studied population was the students who have concluded all the steps of the program in 2010, which includes a 60 young people group. The results obtained from the research have permitted to know, at the exploratory step of the research, the personal, sociodemographical and educational characteristics of the young people who have run away from the regular educational system. Finally, it has permitted an evaluation of the results of the Projovem Urbano program through the vision of the students who had participated. We have observed that the goal of the professional graduation offered to the young people inserted in the program is concentrated in the development of abilities favorable to the self-knowledge, the sociability and the personal accomplishment. The sum of these factors collaborates to the professional insertion, aiming to guarantee an income to the young people, and by this way to provide their autonomy. Despite the range of benefits discerned by the program, we conclude that the professional graduation wasn't efficient in quantity. The program was more positive for young people who weren't working during the realization of this program, which was the reality of a small part of the students. We have also perceived that the effort to grade the young people in administrative area haven't added considerable benefits to the graduated students, which ones told they have obtained better results with the General and Technical Formation, which one tended to the professional world preparation separated from a specific field of formation.

Key-words: Projovem Urbano; Professional Graduation; Effectiveness; Young People

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Idade dos jovens ao se tornarem pais	42
Gráfico 02 – Idade de inserção ao mercado de trabalho.....	42
Gráfico 03 – Trabalho desempenhado pelos jovens	44
Gráfico 04 – Motivos que influenciam a evasão escolar.....	45
Gráfico 05 – Motivos que influenciaram no comprometimento dos alunos com o Projovem Urbano	47
Gráfico 06 – Utilização do auxílio	49
Gráfico 07 – Benefícios da base da qualificação profissional.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Maiores Economias – Paraná – 2009.....	24
Tabela 02 – Arco ocupacional de administração e telemática.....	28
Tabela 03 – Gênero, idade e estado civil	41
Tabela 04 – Melhora do desenvolvimento específico.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS, NOMENCLATURAS E SÍMBOLOS

(PJU) Projovem Urbano

(QP) Qualificação Profissional

(EF) Ensino Fundamental

(UF) Unidade Formativa

(PC) Participação Cidadã

(SMA) Sistema de Monitoramento e Avaliação

(PLA) Plano de Ação Comunitária.

(POP) Projeto de Orientação Profissional

(FTG) Formação Técnica Geral

(AO) Arco Ocupacional

(UFPA) Universidade Federal do Pará

(UFBA) Universidade Federal da Bahia

(UFPE) Universidade Federal de Pernambuco

(UnB) Universidade de Brasília

(UFMG) Universidade Federal de Minas Gerais

(UFJF) Universidade Federal de Juiz de Fora

(UFPR) Universidade Federal do Paraná

(IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

(IPARDES) Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

(IPDM) Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal

(PIB) Produto Interno Bruto

(PNAD) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

(SENAC) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

(SENAI) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

(SEFOR) Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional

(PLANFOR) Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

(FAT) Fundo de Amparo ao Trabalhador

(SINE) Sistema Nacional de Emprego

(TEM) Ministério do Trabalho e Emprego

(SPPE) Secretaria de Política Pública de Emprego

(MEOG) Manual do Educador – Orientações Gerais

(CBO) Classificação Brasileira de Ocupações/TEM

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CARACTERIZAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA	16
2.1 O PROJovem URBANO	16
2.2 A IMPLANTAÇÃO, O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DO PROJovem URBANO	19
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR E A PRÁTICA DO PROJovem URBANO	23
2.4 HISTÓRICO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	25
2.5 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS INSERIDOS NO PROJovem URBANO	27
2.6 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	29
2.6.1 Eficácia de políticas e programas de qualificação profissional	31
3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	33
3.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	33
3.2 PROBLEMA DE PESQUISA	34
3.3 HIPÓTESE	35
3.4 OBJETIVOS	35
3.4.1 Objetivo Geral	35
3.4.2 Objetivos Específicos	36
4 METODOLOGIA	37
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
4.2 COLETA DE DADOS	38
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	40

5.1 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS, SOCIODEMOGRÁFICAS DOS JOVENS EVADIDOS DO ENSINO REGULAR.....	40
5.2 CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS DOS JOVENS EVADIDOS DO ENSINO REGULAR	44
5.3 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PROJovem URBANO PELA ÓTICA DOS ALUNOS PARTICIPANTES	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE	64

1 INTRODUÇÃO

A finalidade da presente pesquisa é abordar a temática da qualificação profissional dos estudantes a partir de um programa federal de capacitação e inclusão de jovens denominado Projovem Urbano (PJU). Mais especificamente, pretende-se analisar a eficácia da base da Qualificação Profissional (QP) do referido programa quanto às atividades desenvolvidas no município de Toledo-PR, nos anos de 2009 e 2010.

Utilizando o elo entre o Ensino Fundamental (EF), a QP e a ação comunitária, também conhecida como Participação Cidadã (PC), o PJU propõe apresentar uma oportunidade para os jovens sem escolaridade formal ou evadidos do ensino regular. O programa disponibiliza, aos jovens, condições para que eles experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, aperfeiçoem suas visões de mundo e também se repositionem quanto à sua inserção social e profissional.

No segundo capítulo que segue esta introdução são apresentadas as características do programa como um todo, seu público-alvo, sua estrutura, o modelo de currículo e as formas de acompanhamento das atividades realizadas. Na sequência é abordado o modelo de implantação, monitoramento e avaliação das primeiras experiências do PJU, além de uma breve amostra das características de Toledo-PR e o histórico da prática do PJU ocorrida no município nos anos de 2009 e 2010. Ainda é realizada uma explanação das características da QP oferecida aos jovens inseridos no programa em estudo, e também da eficácia nas políticas e programas públicos de qualificação profissional.

A avaliação da eficácia dos alicerces da QP oferecida aos jovens formados pelo PJU foi realizada a partir dos objetivos que o projeto pedagógico do programa apresenta: “Esta base constitui um processo educativo que envolve a aquisição e a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e atitudes, a incorporação de valores éticos, as relações no

trabalho e, ainda, como processo, circunscrito a um momento histórico e a um contexto social” (FÉRES et alii, 2011).

Após a caracterização do objeto em estudo, o terceiro capítulo traz à tona a problemática que visa avaliar a eficácia da qualificação profissional, uma das três bases oferecidas pelo PJU. Partindo da problemática identificada, estabeleceu-se uma suposição de que os objetivos da qualificação profissional, em destaque no currículo integrado do programa, não alcancem as expectativas traçadas pelo seu projeto pedagógico.

A hipótese em questão é a de que os jovens formados pelo PJU em Toledo-PR não consigam atingir um patamar de conhecimento profissional amplo o bastante, na área de administração, capaz de suprir as exigências do mercado nesse setor. Conseqüentemente, a confirmação da hipótese viria a fragilizar a segurança relacionada à renda e à autonomia dos jovens formados pelo programa.

O trabalho segue com a definição dos procedimentos metodológicos utilizados para a concretização da análise proposta. Isto posto, para a confirmação da suposição relatada, o trabalho apresenta, no seu quinto capítulo, todos os resultados encontrados e a discussão da pesquisa aplicada. Por fim, no sexto capítulo seguem as considerações finais, estruturado pela conclusão e pelas sugestões de trabalhos futuros.

2 CARACTERIZAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA

2.1 O PROJovem URBANO

O Projovem Urbano (PJU) foi criado a partir de ações que integram a Política Nacional de Juventude desenvolvidas pelo governo federal, sendo lançado no ano de 2005. Trata-se de um programa voltado à inclusão social da população jovem, buscando resgatar ex-alunos que não completaram o ensino fundamental. No Paraná, o programa é coordenado pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ-PR) e utiliza a estrutura da rede de ensino estadual em diversos municípios:

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem, foi concebido como uma intervenção de caráter emergencial, destinada a atender parcela significativa dos jovens com o perfil socioeconômico tipificado como público-alvo, que têm necessidade de retomar a trajetória escolar e prosseguir nos estudos (SALGADO et alii, 2008, p. 18).

Partindo do preceito de que o público-alvo do projeto em questão é formado, em sua maioria, por alunos com dificuldades financeiras, o governo federal oferece um auxílio financeiro aos alunos para custear eventuais despesas em função do deslocamento ao estabelecimento de ensino ou motivadas pela frequência às aulas. O auxílio financeiro, fixado no valor de R\$ 100,00 (cem reais), é pago durante 20 meses, porém tal pagamento fica condicionado à frequência das aulas e à entrega dos trabalhos escolares. Para receber o auxílio financeiro, o aluno deverá comparecer mensalmente em pelo menos 75% das atividades presenciais e entregar 75% dos trabalhos escolares previstos para cada período, no mínimo.

O desenvolvimento do PJU é voltado para o segmento juvenil, considerado o grupo de maior vulnerabilidade e o menos assistido pelas políticas públicas. O programa é implantado pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com

os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Social de Combate à Fome (SALGADO; AMARAL, 2008).

Para as certificações serem efetivadas, além dos 75% de trabalhos e frequência nas aulas, e da avaliação de todas as Unidades Formativas (UF) que estruturam o programa, as quais são controladas pelos educadores locais, os estudantes ainda são submetidos ao exame nacional externo. Tal exame possui como referência uma matriz de habilidades e conhecimentos elaborada em consonância com o currículo, sendo aplicado por uma comissão específica para essa avaliação.

O PJU possui a estrutura de um currículo integrado, o qual foi desenvolvido com base em um conjunto de oficinas de estudos, com a participação de especialistas em educação, qualificação para o trabalho e serviço social. Dessa forma, o programa propõe aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da Participação Cidadã (PC). Para que esse elo possa se fortalecer mutuamente, cada base do tripé, proposto pela metodologia do programa, deve desenvolver-se inteiramente e de acordo com as demandas, para uma inserção plena, criativa e produtiva na sociedade contemporânea (SALGADO; AMARAL, 2008).

O EF consiste em uma das três bases do programa a serem cumpridas no período de 18 meses. Para garantir a eficácia da escolaridade básica do programa existem 7 avaliações efetuadas no decorrer do curso, sendo que os dados resultantes são processados pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) do PJU.

O processo de mensuração do aprendizado é composto de: uma avaliação diagnóstica aplicada no início da primeira UF; 4 avaliações formativas, sendo uma ao final de cada unidade; uma avaliação intermediária, sendo esta amostral e aplicada no início da terceira unidade; e o exame final nacional externo. Esse acompanhamento procura demonstrar que os jovens que permanecem no programa obtêm ganhos de proficiência nas disciplinas ofertadas.

Cada disciplina busca apresentar um modo específico de ver a realidade, sendo que o conhecimento desses diferentes pontos de vista é essencial para que o jovem tenha condições de construir a sua subjetividade e conquistar a sua inclusão social. O programa utiliza-se da interdisciplinaridade, a qual, no contexto do PJU, é justificada pelo resultado que a somatória das disciplinas proporciona, empregando-se um mesmo tema simultaneamente ilustrado em todas as disciplinas.

Visando garantir o envolvimento entre as diversas disciplinas, são realizadas sínteses integradoras. Cabe aos educadores do programa garantir a interação interdimensional e interdisciplinar, atuando como orientadores de aprendizagem, trabalhando com os alunos na elaboração das Sínteses Integradoras, do Plano de Ação Comunitária (PLA), e do Projeto de Orientação Profissional (POP).

Os assuntos integradores são relacionados ao eixo que estrutura cada UF, sendo ligados às vivências e às práticas dos jovens. Nas sínteses, os alunos elaboram textos com temáticas atuais que afetam diretamente o seu cotidiano, o que possibilita a análise do cenário em que se encontram inseridos e a evolução da escrita e da construção textual.

Seguindo com o currículo integrado, existe ainda a proposta de QP, essa organizada em arcos, compostos por 4 ocupações que abrangem o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços. Dessa forma, o jovem se prepara para ser empregado no mercado de trabalho ou, ainda, para se tornar um pequeno empresário ou sócio de cooperativa (SALGADO; AMARAL, 2008).

A QP é formada pela Formação Técnica Geral (FTG), trabalhada em 4 UF das 6 que compõem todo o curso, mais o Arco Ocupacional (AO), que aborda uma temática para a qualificação.

A FTG direciona o aluno para qualquer área de AO. Nessa formação são abordados conteúdos como: direitos e deveres trabalhistas, construção de uma empresa, e estruturas de cooperativas. Já o AO é a área de

ocupação explorada pelo curso profissionalizante. No Paraná existem duas áreas de Arco, o de administração e o de telemática, sendo que, no município de Toledo-PR, o arco abordado é o de administração.

Trabalha-se ainda com a ação comunitária, que é abordada na disciplina de PC, uma das três bases que estruturam o PJU, acompanhada do EF e da QP. A forma de abordagem aqui observada revelou uma dimensão marcante do currículo integrado, permitindo o desenvolvimento de trabalhos coletivos e também associados a outros componentes curriculares.

Nas aulas, discutem-se questões como direitos humanos, direitos do consumidor, acesso aos bens e serviços públicos, preservação do meio ambiente, violência, drogas, sexualidade, participação social, direito à cultura e ao lazer, entre outros. Nessas reflexões, os jovens aprendem a avaliar o alcance das ações, sendo levados a compreender a importância do trabalho coletivo e solidário e tudo o que isso pode representar em termos de aprendizado e de desenvolvimento de competências e habilidades, visando a participação social e o exercício da cidadania (SALGADO; AMARAL, 2008).

2.2 A IMPLANTAÇÃO, O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DO PROJÓVEM URBANO

Além da avaliação do desempenho dos alunos, o Projóvem Urbano (PJU) engloba um Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) do programa com o objetivo de supervisionar as condições de oferta local, como: avaliação externa de alunos; monitoramento da matrícula e realização das atividades pedagógicas; e avaliação do programa em seu cenário geral (SALGADO; AMARAL, 2008).

O SMA do PJU é coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, contando ainda com o apoio de 7 Universidades Federais que atuam de forma regionalizada, conforme Salgado e Amaral (2008): Universidade Federal do Pará (UFPA) - Regional Norte; Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Regional Nordeste I; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Regional Nordeste II; Universidade de Brasília (UnB) - Regional Centro-Oeste;

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Regional Sudeste I;
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Regional Sudeste II;
Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Regional Sul.

O programa teve como meta inicial, no ano de 2005, atuar nas capitais brasileiras e no Distrito Federal. Já em 2006, expandiu-se para as regiões metropolitanas de várias capitais, em cidades com população a partir de 200 mil habitantes. O objetivo era abranger 200 mil jovens entre 18 e 24 anos, com a quarta série primária concluída e sem o EF completo, e que não possuíssem vínculos formais de trabalho.

Quando, porém, analisada a primeira experiência do PJU, a avaliação demonstrou que os jovens excluídos estavam mais dispersos geograficamente do que se esperava, sugerindo a uma ampliação do alcance do programa para cidades menos populosas, possibilitando ainda o acesso de jovens com realidades condizentes ao programa, porém localizados também em municípios de menor expressão em volume de habitantes.

Além da orientação para estender a abrangência geográfica, a análise da primeira experiência possibilitou a percepção da necessidade de ampliar a faixa etária dos jovens a serem atendidos. Os resultados mostraram que o número de jovens afastados do ensino fundamental, quando estipulado o intervalo de 18 a 24 anos, vem diminuindo em função da universalização do acesso à escola e dos programas de recuperação, aceleração e inclusão de jovens em situação de defasagem educacional, e também, em decorrência da queda da taxa de natalidade ao longo dos últimos 30 anos. A partir dessas constatações, evidenciou-se a necessidade de ampliar a faixa etária para até 29 anos (SALGADO et alii, 2008).

De acordo com estudos realizados até 2005, pela comissão elaboradora do projeto do programa, verificou-se que 53% dos jovens atendidos pelo programa são mulheres, 50% dos alunos tinham entre 21 e 22 anos de idade, 70,8% declararam-se pardos ou negros, 15% cursaram até a 4ª série fundamental, 53% estudaram até a 5ª ou 6ª e 33% até a 7ª, ainda, 10% dos alunos não souberam identificar a última série cursada com êxito.

Dentre o público analisado, observou-se que apenas 6% dos jovens cursaram supletivos ou classe de aceleração, indicando que a grande maioria havia buscado, anteriormente, concluir o ensino fundamental “regular”.

Constatou-se ainda, em 2005, que 77,5% dos entrevistados eram solteiros, 73% eram chefes de família, 53% tinham filhos, 20% nunca trabalharam e 53% começaram a trabalhar entre 13 e 18 anos de idade, 44% conseguiram o primeiro trabalho no decorrer de 2005 e 2006, sendo menos de 10% com vínculo formal. Entre os jovens que trabalhavam, 70% não tinham carteira assinada e 60% permaneceram menos de seis meses no emprego, ainda, 90% recebiam menos de um salário mínimo, e mais de 50% nunca participaram de nenhum curso profissionalizante.

Outras informações levantadas na pesquisa dão conta de que 84% dos alunos do PJU residiam na mesma comunidade há mais de cinco anos, sendo que 6% eram moradores mais recentes, com menos de dois anos na atual residência. Entre os jovens, 46% informaram conviver com grupos de até cinco amigos, mais da metade não participava de nenhuma associação, 83% nunca trabalharam de forma voluntária, e 60% vão à igreja ao menos uma vez na semana. Ainda, 98% dos alunos disseram possuir título eleitoral e 56% votariam mesmo se o voto não fosse obrigatório, 71% votaram no referendo sobre porte de armas e 87% não participavam de qualquer outro programa federal de cunho educacional.

Com base no relatório de 2006 do SMA foi possível caracterizar o perfil do público do programa, baseando-se nos dados fornecidos pelos alunos que concluíram o curso até 2006. Os resultados mostraram que o programa abrange jovens com realidades condizentes aos dados apresentados pelos elaboradores do projeto do programa (SALGADO; AMARAL, 2008).

Para uma abrangência mais justa e eficaz do programa, faz-se necessário democratizar o acesso dos jovens ao PJU. Um dos desafios a ser superado é difundir ainda mais a existência e o objetivo do referido programa, de forma que todos os jovens com o perfil de público-alvo possam ter conhecimento do Programa. Dessa forma seriam proporcionadas aos possíveis

interessados, condições iguais e transparentes de acesso e ingresso ao programa, sem o risco de exclusão de jovens por falta de informação sobre o mesmo.

Ainda de acordo com dados do SMA, de todo o público estimado para o PJJ, apenas 36% desse cômputo inscreveu-se para o programa, nos anos de 2005 e 2006. Do total de jovens inscritos, 61% realizaram as matrículas, e considerando o total do público com perfil para se inserir no programa, aproximadamente 24% iniciaram realmente as atividades no Projovem.

As razões para a defasagem entre o total de inscrições e matrículas são diversas, envolvendo a falta de enquadramento nos pré-requisitos do programa, desistência em função do emprego, falta de disposição para estudar após a jornada de trabalho, dificuldade para conciliar o zelo dos filhos e o horário de aula, acesso dificultado ao núcleo de ensino, medo da violência, falta de apoio familiar, entre outros empecilhos.

Além do ingresso dificultado pelas condições de vida dos jovens, a permanência dos matriculados no programa também é afetada pelo mesmo motivo. A necessidade de trabalhar, mesmo sem carteira assinada, ou em atividade informal, apresenta-se como uma das principais barreiras. Em determinados casos, a própria obtenção do emprego com carteira assinada foi apresentada como causa de evasão.

É relevante salientar que, dos alunos evadidos, 83% declararam que pretendem retornar ao programa.

A análise das informações sobre o ingresso e a permanência dos jovens no programa evidencia um processo dinâmico com características que remetem para as especificidades do público-alvo e indicam a necessidade de se criarem estratégias que evitem o abandono e facilitem o retorno daqueles que desistiram temporariamente. (SALGADO; AMARAL, 2008).

Ao integrar o ensino fundamental com a Qualificação Profissional (QP) e a Participação Cidadã (PC), o programa buscou oferecer oportunidades para que os jovens experimentassem outras maneiras de interação,

absorvendo novos conhecimentos e experiências para agregar à sua visão de mundo (SALGADO et alii, 2008).

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR E A PRÁTICA DO PROJOVEM URBANO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Paraná é composto por 10 mesorregiões, sendo que Toledo está entre os 21 municípios que compõem a mesorregião Oeste paranaense. Até meados de 1960, Toledo era um dos cinco municípios precursores da região, acompanhado de Foz do Iguaçu, Cascavel, Guaíra e Guaraniaçu (IBGE, 2011).

O início das atividades da administração municipal de Toledo ocorreu em 1952, com a posse do primeiro prefeito, o médico Ernesto Dall'Oglio, e da primeira câmara municipal, na data de 14 de dezembro daquele ano. Nessa época a população do município era de 1.720 habitantes. Atualmente o município é formado pela sede urbana e mais 9 distritos: Concórdia do Oeste, Dez de Maio, Dois irmãos, Novo Sarandi, São Luiz do Oeste, São Miguel, Vila Ipiranga, Vila Nova e Novo Sobradinho (IBGE, 2011).

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) classifica o desenvolvimento dos municípios nos seguintes níveis: baixo desempenho; desempenho médio baixo; desempenho médio; e alto desempenho. Segundo o IPARDES, em 2008 Toledo apresentou um desempenho médio, registrando 0,7787 como Índice IparDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM). No cálculo do IPDM empregam-se informações sobre renda, educação e saúde como fomento para a análise e posterior elaboração dos índices (IPARDES, 2011).

O Produto Interno Bruto (PIB) a preço corrente obtido no município de Toledo em 2009 alcançou R\$ 2.426.512 mil reais (Tabela 01), e o PIB *per capita* alcançou R\$ 20.779,55. De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2010, a população do município é formada por 119.313 habitantes (IBGE, 2012).

Tabela 01 – Maiores Economias – Paraná - 2009

MUNICÍPIO	PIB (R\$ mil correntes)	PARTICIPAÇÃO (%)
Curitiba	45.762.418	24,1
Araucária	11.962.877	6,3
São José dos Pinhais	11.511.811	6,1
Londrina	8.884.459	4,7
Maringá	7.284.401	3,8
Foz do Iguaçu	6.702.200	3,5
Paranaguá	5.443.256	2,9
Ponta Grossa	5.072.749	2,7
Cascavel	4.991.770	2,6
Toledo	2.426.512	1,3
Outros municípios	79.949.496	42,1
PARANÁ	189.991.949	100

Fonte: IBGE, IPARDES (2012)

O agronegócio é responsável por grande parte da oferta local de emprego. Borges (2011) destaca, em seus estudos, que a economia do município de Toledo é voltada basicamente à agricultura e à pecuária. O município comporta um dos maiores rebanhos de suínos do Brasil e também é destaque em seu potencial no abate de aves.

Os indicadores e a caracterização do município demonstram que Toledo-PR, de maneira geral, proporciona boas pré-condições de desenvolvimento quando comparado com a maioria das localidades do estado. Ainda existe, contudo, a necessidade de ajustes e ações em certas áreas, a exemplo da educação e da qualificação profissional de jovens, pois as problemáticas existem e necessitam de atenção por parte da sociedade e do poder público.

O PJU objetiva oferecer oportunidades para que os jovens se reposicionem quanto à sua inserção educacional, social e profissional. O programa teve início no Paraná em abril de 2009. Além de Toledo, outros 14 municípios o receberam no estado, sendo eles: Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Castro, Guarapuava, Medianeira, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Santo Antônio da Platina, Sarandi, Telêmaco Borba e Umuarama (SECS, 2011).

A escolha dos 15 municípios paranaenses beneficiados pelo programa foi realizada pela coordenação estadual do PJU. Partindo de estudos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram selecionadas as localidades que apresentaram maior defasagem de aprendizagem e com maior índice de desemprego entre os jovens de 18 a 29 anos (SECS, 2011).

No processo de inscrição de alunos em abril de 2009 foram registradas 449 matrículas, sendo que, desse total, apenas 243 iniciaram efetivamente as atividades em sala de aula. Inicialmente os jovens inseridos no programa estavam organizados em 8 turmas, sendo 5 dessas no Colégio Estadual "Senador Attílio Fontana", localizado no bairro Vila Pioneira e 3 turmas no Colégio Estadual "Novo Horizonte", no loteamento Santa Clara. Cada um dos colégios representava um núcleo, o núcleo 01 funcionava no Colégio Estadual "Senador Attílio Fontana" e o núcleo 02, no Colégio Estadual Novo Horizonte.

Durante todo o ano de 2009 o programa trabalhou com as 8 turmas iniciais e com os 2 núcleos estabelecidos, porém, devido à evasão havida no decorrer daquele ano, no início de 2010 ocorreu uma fusão dos núcleos. Com isso Toledo passou a contar apenas com um núcleo agrupando 5 turmas, sendo que, dessas, 3 funcionavam no Colégio Estadual "Senador Attílio Fontana" e 2 no Colégio Estadual Novo Horizonte. Em Toledo-PR, o programa PJU resultou em 60 jovens formados e aptos à certificação de escolaridade e QP, ao final de suas atividades, em novembro do ano de 2010.

2.4 HISTÓRICO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

As discussões sobre educação e qualificação profissional foram revigoradas no Brasil com o período de aceleração da industrialização nos anos 1950, devido ao processo de substituição das importações. A educação não tinha estrutura para preparar os trabalhadores de maneira a acompanhar as evoluções que vinham ocorrendo no mercado. Nesse contexto, o governo promoveu a expansão do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

(SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), no intuito de proporcionar um equilíbrio na quantidade e qualidade da força de trabalho requerida pelo mercado (VIEIRA & ALVES, 2011).

Nesse período, o Brasil direcionou a qualificação profissional de maneira dissociada ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos. Ocorreu uma segmentação na educação brasileira em duas frentes. A primeira incluía a educação formal, onde os alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos. A segunda envolvia a educação para o trabalho, a qual era quase uma exclusividade do SENAI e SENAC na época. Nesse segmento, o aluno recebia informações relevantes para o domínio do seu ofício, descartando a possibilidade de prosseguir nos estudos ou de se qualificar em outras áreas (VIEIRA & ALVES, 2011).

Percebeu-se, nesse período, o surgimento das preocupações e da necessidade de intervenção por parte do governo, diante do preparo profissional dos brasileiros. Para Velasco (2011), pode-se considerar que foi no decorrer dos anos de 1980 e 1990 que se destacou a produção teórica e empírica das discussões sobre a educação entre trabalho e a educação, sobre o novo modelo industrial e a qualificação dos trabalhadores. Com isso, diversos temas vêm integrando debates com questões pertinentes à organização da produção e do trabalho. Dessa forma, a qualificação profissional foi adquirindo espaço, mesmo observando-se que nesse processo ocorrem diferenças entre os países centrais e os países periféricos, como é o caso do Brasil.

Com a criação da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), aliada à formulação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) em 1996, o Brasil ingressou em um segundo patamar no histórico da educação para o trabalho (VELASCO, 2011).

De acordo com Ferreira (2011), as implicações do PLANFOR partem da premissa de que os sistemas de ensino técnico existentes até então não satisfaziam as exigências da formação profissional. Assim, o novo modelo proposto busca atender os trabalhadores no que diz respeito à sua participação na gestão dos programas e recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador

(FAT), o que não vinha ocorrendo. Dessa forma, a resposta foi apresentada com a criação das comissões de emprego, sendo essas comissões implantadas pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE).

De acordo com Carvalho (2011), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Política Pública de Emprego (SPPE), com recursos do FAT, compõe o órgão responsável pela articulação política de trabalho e de educação profissional no país.

A educação profissional brasileira, ao longo dos anos, vem se aprimorando e se readequando de acordo com a demanda imposta pelas novas exigências do mercado de trabalho, objetivando cada vez mais ampliar as habilidades e os conhecimentos globais dos indivíduos, diante das oportunidades que se multiplicam.

2.5 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS INSERIDOS NO PROJÓVEM URBANO

O Manual do Educador - Orientações Gerais (MEOG) do PJU define trabalho como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, onde o ser humano constrói suas condições de existência. Dessa forma, o trabalho é constituinte do sujeito na sua totalidade. Na concepção do programa, considerando a dimensão subjetiva do trabalho, a QP reflete no desenvolvimento de habilidades, em prol do autoconhecimento, da sociabilidade e da realização pessoal. Concomitantemente a esse processo ocorre a preparação para uma inserção ocupacional, com o objetivo de assegurar renda aos jovens participantes e levá-los à autonomia (SALGADO; AMARAL, 2008).

A QP do programa é estruturada entre a Formação Técnica Geral (FTG), o Arco Ocupacional (AO) e pelo Plano de Orientação Profissional (POP). A estrutura do programa compreende a implementação de 4 Unidades Formativas (UF) para o total das disciplinas, sendo destinados 3 meses para a conclusão de cada unidade.

Segundo Salgado & Amaral (2008), a FTG é aplicada nas quatro primeiras unidades e possui carga horária decrescente. Já os AO são estudados em todas as unidades, mas sua carga horária é crescente, passando de uma a 3 horas semanais até a UF - IV e a 5 nas duas últimas. A justificativa desse arranjo é a necessidade de proporcionar tempo ao aluno, para esse conhecer melhor os arcos disponíveis e amadurecer sua escolha.

Os conteúdos de FTG oferecem subsídios nesse sentido, mesmo assim não há uma relação de pré-requisito entre os dois aspectos. A concentração maior da formação dos AO nas unidades finais deve-se à necessidade de viabilizar atividades que requeiram equipamentos ou situações que, por sua natureza, não se encontram no ambiente escolar (SALGADO & AMARAL, 2008).

De acordo com a proposta do PJU (2011), os AO trabalhados em todo o território nacional são: Administração; Agroextrativismo; Alimentação; Arte e Cultura I; Arte e Cultura II; Construção e Reparos I (revestimentos); Construção e Reparos II (instalações); Educação; Esporte e Lazer; Gestão Pública e Terceiro Setor; Gráfica; Joalheria; Madeira e Móveis; Metalmeccânica; Pesca e Piscicultura; Saúde; Serviços Domésticos I; Serviços Domésticos II; Serviços Pessoais; Telemática; Transporte, Turismo e Hospitalidade; e Vestuário.

Tabela 02 – Arco Ocupacional de Administração e Telemática

ARCO OCUPACIONAL	OCUPAÇÕES	CÓDIGO CBO
Administração	a) Arquivador	4151-05
	b) Almoxarife	4141-05
	c) Contínuo (Office-Boy/Office-Girl)	4122-05
	d) Auxiliar Administrativo	4110-05
Telemática	a) Operador de Microcomputador	4121-10
	b) Helpdesk	3172-10
	c) Telemarketing (Vendas)	4223-10
	d) Assistente de Vendas (Informática e Celulares)	3541-25

Fonte: PROJOVEM URBANO (2011).

No estado do Paraná trabalham-se os arcos de Administração e Telemática. Na Tabela 02 estão apresentadas as ocupações compreendidas por esses dois arcos, conforme Código da Classificação Brasileira de Ocupações/MTE (CBO).

Já o POP é o formulário individual do aluno, o qual deve ser preenchido no decorrer das 4 UF a serem cumpridas durante o decorrer do curso, no prazo de 18 meses. No POP o jovem vai estruturando o seu currículo, onde inicialmente constam as informações pessoais, como a sua identificação, idade, documentação, nacionalidade e naturalidade. Na sequência, são estruturadas as experiências profissionais adquiridas quando existentes, e finalmente, com o amadurecimento do aluno perante o mundo do trabalho, após o curso de FTG e o AO, são relatadas as pretensões futuras e ambições profissionais, almejadas pelos jovens concluintes do Projovem Urbano.

2.6 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste tópico apresentam-se alguns conceitos referentes ao ramo da gestão pública, com o foco na avaliação das políticas públicas, buscando expor a sua importância enquanto instrumento mensurador de resultados e também como ferramenta gerencial para tomada de decisões.

De acordo com Nascimento (2012), a gestão pública é representada pelo exercício que deve ser aprimorado para o alcance de determinados fins, onde se abrange a redução da pobreza, a melhoria dos sistemas educacionais e de saúde, o aumento da competitividade da economia, a sustentação dos recursos naturais, a difusão e a expansão da cultura nacional, além de oferecer segurança aos cidadãos.

A gestão pública é responsável pela implementação e pela manutenção de ações visando um bom fluxo das atividades em um ambiente social. Nesse sentido ela é responsável pela elaboração, sustentação e avaliação de políticas públicas em prol da sociedade.

Barreto Neto (2012) afirma que a avaliação de políticas públicas surge como uma ferramenta gerencial para os formuladores, implementadores e gestores de políticas públicas e de programas governamentais, isso para facilitar decisões mais fundamentadas em informações, potencializando os resultados do gasto público. A avaliação de políticas públicas é um estudo de todas as etapas de uma política ou um programa, desde a formulação até os resultados dos mesmos.

O processo de avaliação estabelece uma ferramenta que possibilita estudar a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão pública na formulação e implementação de programas e políticas públicas (BARRETO NETO, 2012).

Maia (2012) aborda uma metodologia para avaliação de políticas públicas onde se trabalha com os termos “*ex ante*” e “*ex post*”. A avaliação “*ex ante*” é realizada antes da implementação de um projeto, situa-se no campo das análises de custo benefício. A avaliação “*ex post*” é feita durante a implementação e a gestão dos projetos.

Para se mensurar a eficácia de um determinado programa ou projeto faz-se necessário estudar os resultados obtidos com a prática efetivada e confrontá-los aos objetivos estabelecidos na elaboração dos mesmos. Para Tavares (2012), a eficácia está direcionada às metas, ou seja, a eficácia é confirmada na possibilidade efetiva de se atingir satisfatoriamente as metas previstas.

A avaliação de políticas públicas visa a identificação de informações sobre a atuação dos programas, com seja possível identificar pontos fracos e fortes, ameaças e fraquezas. Os dados identificados orientam no processo de formulação e sustentação de novos projetos.

A presente pesquisa tem por objetivo avaliar a eficácia de um programa educacional voltado para o público jovem. Barreto Neto (2012) considera a política pública educacional como um ramo intermediário entre a Ciência Política e a Pedagogia, sendo compreendida pelas ações do governo

na área educativa. O autor ainda cita como exemplos de políticas educacionais a universalização da Educação Básica, a democratização do ensino e a permanência da criança na escola.

A juventude inscreveu-se como foco social no mundo contemporâneo, pela via dos “problemas” comumente associados aos jovens e também por se tratar de uma fase transitória para a vida adulta (AQUINO, 2009).

2.6.1 Eficácia de políticas e programas de qualificação profissional

O acompanhamento da prática de formação profissional tem assumido um papel de grande importância no quadro de atividades da gestão de recursos humanos. Alguns indicadores de eficácia observados nas organizações demonstram que já não é suficiente presumir que o simples fato de os indivíduos cursarem uma formação profissional resulte sempre em desenvolvimento e melhorias, tanto no desempenho individual, como no exercício do trabalho dos qualificados (VELADA, 2011).

A eficácia dos programas de qualificação compreende o alcance das metas, o que prioriza as variáveis resultantes, analisando a relação entre os insumos e o produto final do programa (RIOS-NETO E OLIVEIRA, 2011a).

O processo formativo é concluído com a avaliação dos resultados ao final da formação dos indivíduos. Tal processo diz respeito ao conhecimento dos dados obtidos em todas as etapas que compõem a capacitação, desde a concepção do projeto ou programa, chegando aos resultados da formação. Dessa forma é possível determinar em que medida os objetivos foram atingidos (VELADA, 2011).

Da mesma forma, pode-se presumir que a eficácia do programa está relacionada à capacidade que o exercício da formação possui em influir positivamente nos resultados, frente aos objetivos estabelecidos pela qualificação profissional.

Para analisar os resultados proporcionados por um curso de formação profissional, Kirkpatrick (1959 apud VELADA, 2011) descreve 4 níveis de avaliação: a reação apresentada pelos alunos formados; a absorção dos conteúdos por parte dos alunos; o comportamento profissional do aluno após a formação; e os resultados que a formação representou diante do ambiente profissional em que o aluno atua.

Ainda para Velada (2011), uma formação eficaz para o trabalho é aquela que proporciona, aos indivíduos submetidos ao preparo profissional, a capacidade de transferência dos conhecimentos adquiridos e das habilidades desenvolvidas no decorrer da formação ao ambiente profissional em que se encontram inseridos. Nesse contexto, observa-se que as expectativas não são atingidas, quando o esforço da formação não resulta em mudanças positivas no desempenho ou em oportunidades profissionais do aluno pré-qualificado.

Em estudos, Rios-Neto e Oliveira (2011b), ao realizarem uma avaliação experimental dos impactos da política de qualificação profissional no Brasil, definiram a eficácia como sendo o resultado efetivamente obtido com as ações em termos de geração e manutenção do trabalho. Os autores afirmam ainda que o consenso existente indica que os programas de treinamento providos pelo setor público podem melhorar as perspectivas de emprego dos indivíduos economicamente desfavorecidos.

Isso posto, pode-se deduzir que o fator determinante para um programa de qualificação profissional ser ou não eficaz é definido a partir do conjunto das ações aplicadas em todo o processo formativo, tendo em vista os objetivos estabelecidos na elaboração do programa ou política de qualificação. Assim, para que o processo apresente uma eficácia positiva, é necessário que o objetivo de cada ação envolvida seja atingido na medida esperada.

3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

3.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Para Costa & Castanhar (2011), a necessidade de uma avaliação contínua e eficaz surge como uma importante ferramenta gerencial, fornecendo, aos formuladores de políticas públicas e gestores de programas, condições para melhorar a eficiência e a efetividade dos recursos aplicados em programas sociais.

Na administração pública brasileira, de forma geral, não há uma efetiva preocupação em avaliar programas públicos e, no caso dos programas sociais, essa despreocupação é ainda mais contundente. A produção de conhecimento técnico na busca da melhoria dos padrões de gerenciamento do setor público sempre esteve mais focada nos processos de formulação de programas do que em suas implementações e avaliações (COSTA & CASTANHAR, 2011).

Segundo Souza (2011), a bibliografia referente a processos de avaliação de políticas sociais é de caráter extremamente técnico, pois são obras que tratam de modelos baseados em avaliações de programas econômicos. Com isso, o que se percebe é uma maior ênfase nos processos administrativos do que nos resultados sociais.

Os programas de treinamento e qualificação profissional não geram empregos diretamente, mas colaboram para reduzir o desemprego na medida em que ampliam o preparo dos trabalhadores, proporcionando aos desempregados o acesso a postos de trabalho vagos, os quais não seriam acessíveis sem a capacitação agregada por um treinamento específico (RIOS-NETO e OLIVEIRA, 2011b).

A pesquisa de avaliação vem crescendo em abrangência, tornando-se cada vez mais empregada, seja em programas governamentais ou

privados. Tanto no cenário nacional, como internacional, supõe-se que a pesquisa avaliativa forneça subsídios no intuito de que os recursos sejam aplicados com o máximo de eficiência, assegurando simultaneamente um alto grau de efetividade dos programas. Assim, a avaliação é considerada um importante instrumento para melhorar o desempenho dos programas sociais (MOURÃO e BORGES-ANDRADE, 2011).

O PJU foi idealizado como uma intervenção, por parte do Estado, com o objetivo de atender jovens com o perfil socioeconômico tipificado como público-alvo, os quais possuem necessidade de retornar à escola e dar continuidade aos estudos (SALGADO et alii, 2008, p. 18).

Por se tratar de um programa estruturado na base do EF, da QP e da PC, o que desperta questionamentos é o número de horas destinadas à qualificação para o trabalho. Em 18 meses o programa compreende atividades de formação escolar (800 horas), qualificação para o trabalho (350 horas) e ação comunitária (50 horas), somando 1.200 horas presenciais, além de 400 horas não presenciais, o que resulta em 1.600 horas como carga horária total do programa (SALGADO et alii, 2008).

De acordo com Salgado et alii (2008), aproximadamente 30% das horas presenciais de todo o programa foram dedicadas ao preparo do aluno, para que esse possa adentrar ao mundo do trabalho de maneira consistente. O município teve a oportunidade de abranger apenas uma área efetiva de formação profissional, sendo essa então definida pelo AO de Administração. O objetivo dessa área de ação foi a formação de jovens com conhecimentos gerais sobre o mundo do trabalho, além de mais 4 áreas específicas: arquivador, almoxarife, contínuo (*office boy / office girl*) e auxiliar administrativo.

3.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Um dos propósitos do programa PJU é proporcionar uma QP para os jovens no intuito de melhorar sua ascensão ao mercado de trabalho e sua qualidade de vida no desenvolvimento de suas carreiras.

A QP visou o desenvolvimento de habilidades em busca do autoconhecimento, da sociabilidade e da realização pessoal. Também objetivou a preparação dos jovens para uma inserção ocupacional. Pretendeu-se, com isso, assegurar renda aos jovens formados e levá-los à autonomia (SALGADO; AMARAL, 2008).

Observa-se que a proposta do programa gera expectativas de progresso profissional, assim como uma melhoria do padrão de vida, entre os alunos inseridos no programa. O questionamento levantado neste estudo busca verificar o quanto o PJU foi eficaz no alcance do objetivo inicial, proposto pelo viés da qualificação para o trabalho.

3.3 HIPÓTESE

A hipótese a ser testada na presente pesquisa é a de que a base da qualificação profissional do programa PJU não foi eficaz o bastante a fim de direcionar ou promover uma capacitação capaz de inserir jovens preparados para o mercado de trabalho, ou ainda promovê-los dentro da própria empresa em que já se encontravam inseridos.

O objetivo traçado pela base da qualificação profissional reflete no desenvolvimento de habilidades, em prol do autoconhecimento, da sociabilidade e da realização pessoal. Concomitantemente a esse processo ocorre o preparo para uma inserção ocupacional, com o desígnio de assegurar renda aos jovens participantes e levá-los à autonomia (SALGADO; AMARAL, 2008).

3.4 OBJETIVOS

3.4.1 Objetivo Geral

Demonstrar a eficácia da base da QP do programa PJU, implantado no município de Toledo-PR no ano de 2009 o qual foi concluído no

ano de 2010, utilizando como referência a situação profissional e a opinião dos jovens que concluíram o programa.

3.4.2 Objetivos Específicos

- analisar os dados referentes ao público jovem que concluiu o programa PJU implantado no município de Toledo-PR, entre os anos de 2009 e 2010;
- conhecer a opinião dos alunos em relação à formação profissional ofertada pelo PJU;
- identificar os reflexos dos investimentos do programa no pilar da QP, nas variáveis de renda e emprego, diante dos jovens concluintes do programa;
- identificar se houve ou não a ocorrência de avanços nas carreiras profissionais desses jovens, após a conclusão do programa.

4 METODOLOGIA

O método utilizado em um estudo está relacionado à direção que o pesquisador seguirá para atingir os objetivos desejados. Para Fachin (2003, p. 27), “[...] o método é uma ferramenta do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita delinear uma pesquisa”.

Com o emprego da abordagem qualitativa realiza-se a análise da realidade por meio da utilização de métodos e técnicas para a abrangência do objeto de estudo, bem como a sua estruturação. A interatividade dessa abordagem com a abordagem quantitativa imprime credibilidade e validade aos resultados da análise (OLIVEIRA, 2007).

Nessa seção serão tratados os procedimentos dos métodos utilizados, visando à execução dos objetivos propostos pela pesquisa, assim como o formato de coleta de dados que foi posto em prática.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Costa & Castanhar (2011), se o método de avaliação é uma maneira de mensurar o desempenho de programas, é necessário definir medidas para a aferição dos resultados concretizados. Essas medidas são denominadas de critérios de avaliação. O critério a ser utilizado para o presente estudo foi o da eficácia, com a missão de averiguar em que medida a QP do PJU atingiu os objetivos estabelecidos.

A aplicação de critérios requer formas específicas de operacionalização, que devem ser calculadas a partir da identificação e da quantificação dos resultados obtidos, ou seja, uma medida de indicadores (COSTA & CASTANHAR, 2011). O trabalho em questão está direcionado para os indicadores de resultado, que refletem os níveis de satisfação de necessidades básicas alcançados.

Ainda para Costa & Castanhar (2011), a avaliação do desempenho de um programa requer ainda que se definam padrões de referência para se poder julgar esse desempenho. Na ponderação aqui proposta serão utilizados os padrões teóricos, estabelecidos na própria elaboração do projeto pedagógico do PJU.

Para a verificação do alcance dos propósitos do programa é necessário identificar os efeitos da ação diante do público-alvo, no caso, dos jovens que concluíram todas as etapas do PJU em Toledo - PR.

A partir dos dados verificados na pesquisa, pretende-se promover uma comparação entre a situação observada, quanto à realidade apresentada pela população pesquisada, em relação aos padrões teóricos estabelecidos pelo projeto pedagógico do programa.

4.2 COLETA DE DADOS

Santos (2002) caracteriza os procedimentos de coleta de dados como sendo os métodos práticos utilizados para unir as informações necessárias à construção dos conhecimentos.

Para alcançar o objetivo deste estudo, fez-se necessário levantar informações específicas, o que foi efetivado por meio da aplicação de dois formulários: “Levantar informação é perguntar diretamente a um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter” (SANTOS, 2002).

Para tanto, o instrumental utilizado foi a entrevista. Com essa técnica foi possível entender como os jovens vêm desenvolvendo suas atividades profissionais a partir da QP oferecida pelo PJU. Para a realização da entrevista, utilizou-se de um roteiro com o objetivo de capturar um recorte posterior ao processo de qualificação profissional ofertado pelo programa.

Os resultados obtidos a partir da pesquisa implementada são apresentados em 3 tópicos, de acordo com as informações agregadas para compor cada um dos conjuntos de características. Salienta-se que o processo de pesquisa envolveu momentos distintos, no intuito de observar certas

características dos alunos durante o programa e, também, após a conclusão dele.

O primeiro tópico é formado pelas características pessoais e sociodemográficas dos jovens evadidos do ensino regular e o segundo agrega as características educacionais apresentadas pelo mesmo grupo. Esses dois tópicos apresentam dados coletados em um primeiro momento do processo de pesquisa, quando os alunos questionados se encontravam em sala de aula, ou seja, no decorrer do programa.

Para compor a população abordada na pesquisa que fomentou o terceiro tópico, foi escolhido um grupo de indivíduos com características peculiares. Nesse grupo específico estão inclusos alunos que concluíram todas as etapas do programa, ou seja, uma amostra de 40 jovens. As informações coletadas nessa etapa da pesquisa retratam características próprias de alunos já formados pelo PROJovem URBANO. Esses indivíduos representam as opiniões de 66,6% dos atuais egressos do programa, que foi concluído no ano de 2010, no município de Toledo - PR.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo. Os dois primeiros tópicos visaram um estudo exploratório do programa PJJ. O objetivo desta pesquisa preliminar foi conhecer as características pessoais, sociodemográficas e educacionais de um grupo de jovens evadidos do ensino regular, grupo que representa o público-alvo que o programa busca abranger. Os dados apresentados pelos dois primeiros tópicos foram resultados de entrevistas realizadas no decorrer do programa. Já o terceiro tópico buscou verificar os resultados do programa analisando seus reflexos diante dos alunos concluintes, bem como a eficácia da base da qualificação profissional, um dos pilares do programa em questão.

5.1 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS, SOCIODEMOGRÁFICAS DOS JOVENS EVADIDOS DO ENSINO REGULAR

De acordo com a metodologia proposta para esta pesquisa, as informações relatadas e utilizadas no presente trabalho foram levantadas a partir de um grupo específico de alunos, grupo que vivenciou a experiência da evasão escolar durante o ensino fundamental regular, este proporcionado por instituições públicas.

Na faixa etária englobada pelo programa de “reinclusão” escolar se inserem jovens entre 18 e 29 anos de idade. Para a pesquisa considerou-se um intervalo etário máximo que se estende até os 30 anos, para abranger os jovens que foram incluídos no ano de 2009 com a idade limite de 29 anos, os quais vieram a completar 30 anos no decorrer do programa, este concluído em 2010.

Conforme exposto na Tabela 03, dentre o grupo de indivíduos entrevistados observou-se uma maior incidência de pessoas do gênero feminino (64,29%). Quanto à faixa etária dos alunos, 21,4% dos jovens apresentaram idade correspondente ao intervalo de 18 a 20 anos, 39,3% encontram-se na faixa de 21 a 25 anos e em igual proporção se observam

jovens de 26 a 30 anos. Sobre o seu estado civil, 21,4% se disseram solteiros, 71,4% são casados ou amasiados, 3,6% são viúvos e outros 3,6% são separados.

TABELA 03 - GÊNERO, IDADE E ESTADO CIVIL

Gênero	Masculino		Feminino	
	35,7%		64,3%	
Idade	18 a 20	21 a 25	26 a 30	
	21,4%	39,3%	39,3%	
Estado civil	Solteiro	Casado/amasiado	Viúvo	Separado
	21,4%	71,4%	3,6%	3,6%

Fonte: Dados da Pesquisa (2010)

A pesquisa permite identificar que, dentre os jovens que abandonaram a escola antes da conclusão do ensino fundamental, a maior parte deles (71,4%) é natural do município de Toledo, sendo que 28,6% dos indivíduos são provenientes de outras localidades diversas.

Os alunos procedentes de outros municípios e que se instalaram em Toledo há menos de 5 anos representam 22,2% do total; entre 5 a 10 anos, são 33,3%; de 10 a 15 anos, são 33%; e os jovens que residem no município entre 15 a 20 anos representam 11,1% do grupo entrevistado.

Entre os jovens, 78,5% deles são pais, sendo que 59% têm um filho, 22,7% têm 2 filhos e 18,3% têm 3 filhos. Dentre o grupo dos que têm filhos, 18,18% dos jovens se tornaram pais quando tinham menos de 15 anos de idade, 40,91% tinham entre 16 e 18 anos, 31,82% estavam na faixa de 19 a 21 anos e 9,09% tiveram seus filhos com mais de 21 anos de idade (Gráfico 01).

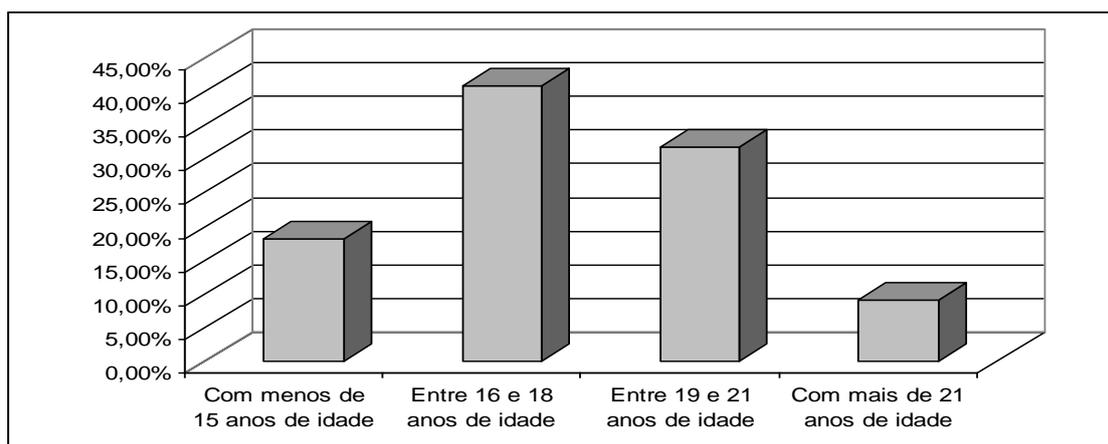


GRÁFICO 01 - IDADE DOS JOVENS AO SE TORNAREM PAIS

Fonte: Dados da Pesquisa (2010)

Quanto à sua inserção ao mercado de trabalho, 11,6% dos entrevistados relatam ter iniciado suas atividades profissionais antes de completar 10 anos de idade. Salienta-se que 57,8% dos jovens evadidos do ensino fundamental iniciaram suas atividades profissionais quando tinham idade entre 10 e 14 anos. Também se observa que 30,6% desses jovens tiveram suas primeiras experiências de trabalho a partir dos 15 anos de idade (Gráfico 02).

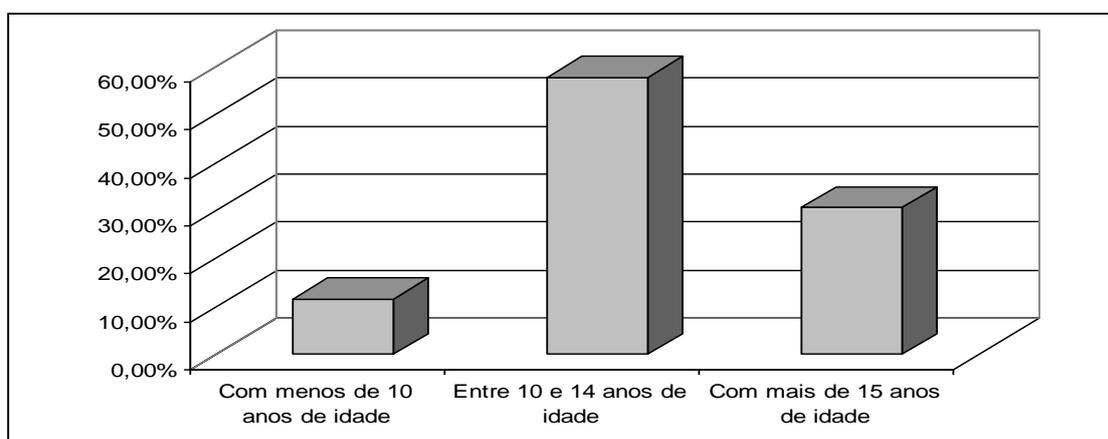


GRÁFICO 02 - IDADE DE INSERÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

Fonte: Dados da Pesquisa (2010)

Na ocasião da aplicação da pesquisa, 71,4% dos jovens informaram que estavam trabalhando formalmente, enquanto que 28,6% dedicavam-se ao trabalho doméstico e aos estudos. Dentre o grupo de jovens que possuem um emprego formal, 47,5% deles disseram que sua jornada

diária compreende entre 6 e 8 horas de trabalho, sendo que 52,5% dos indivíduos informaram que trabalham mais de 8 horas diárias.

Quanto à questão de renda individual dos entrevistados, tomando como referência o salário mínimo¹ vigente no país, 11,11% dos jovens disseram receber menos de 1 salário mínimo, 81,48% recebiam de 1 a 2 salários mínimos e 7,41% recebiam acima de 2 salários mínimos, não ultrapassando o valor de 3 salários.

Considerando a renda familiar dos jovens, com base no salário mínimo, se observa que, para 50% dos indivíduos pesquisados, tal renda atinge entre 1 e 2 salários mínimos, para 39,3% atinge entre 2,1 e 3 salários, para 3,6% soma entre 3,1 a 4 salários e para 7,14% a renda familiar supera os 4 salários mínimos.

Ainda a respeito da renda familiar, os jovens foram inquiridos sobre o número de pessoas que compõem sua família e que são mantidas com essa renda. Observou-se que 20,8% dos entrevistados utilizam essa renda para sustentar uma família composta por 2 pessoas, 41,7% dos indivíduos possuem família com 3 pessoas, em 8,3% dos casos são 4 pessoas, em 20,8% são 5 pessoas e em 8,3% são 6 pessoas na família.

Sobre a atividade que os jovens em questão desempenham para garantir seu sustento, conforme exposto no Gráfico 03, destaca-se a atividade referente às linhas de produção representando 41,7% do total. Em seguida verificam-se as atividades domésticas com 12,5%, enquanto que 8,3% dos jovens se encontram em situação de pensionistas provisórios do governo. Os demais entrevistados se incluem em outras atividades diversas, que, somados, representam uma parcela de 37,5% dos jovens entrevistados.

¹ Na ocasião da pesquisa, entre os meses de outubro e novembro de 2010, 1 salário mínimo no Brasil equivalia ao valor de R\$ 510,00.

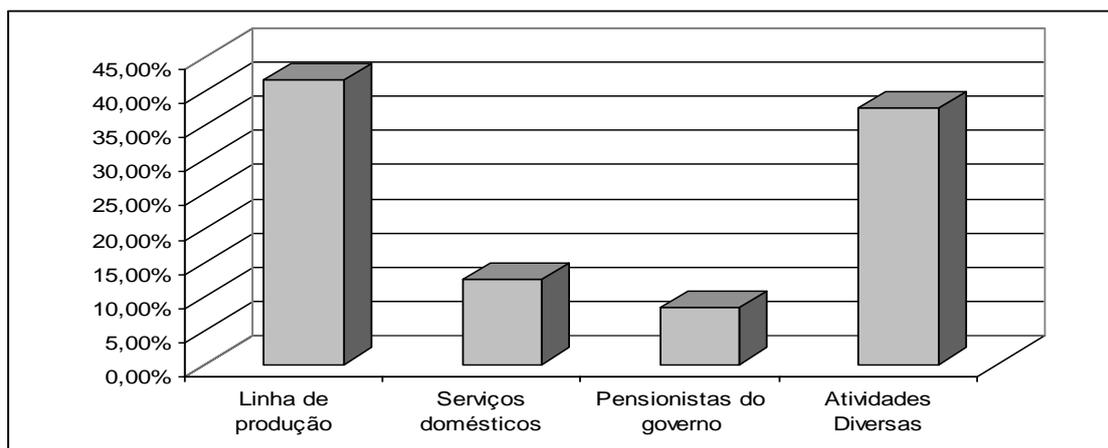


GRÁFICO 03 - TRABALHO DESEMPENHADO PELOS JOVENS

Fonte: Dados da Pesquisa (2010)

Ainda, ao serem questionados sobre o incentivo dos familiares em relação ao seu retorno para o ambiente escolar, no intuito de prosseguir com os estudos para concluir o ensino fundamental, 65% dos jovens alunos confirmaram ter recebido incentivo e apoio dos familiares para tal atividade.

5.2 CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS DOS JOVENS EVADIDOS DO ENSINO REGULAR

Todos os alunos do programa de inclusão de jovens à escolaridade fundamental, em algum momento no passado se tornaram indivíduos evadidos do ensino de caráter regular². Deles, 71,4% abandonaram a escola no decorrer da 5ª ou 6ª série, que atualmente equivalem ao 6º e 7º ano, respectivamente. Nessa etapa da escolaridade os alunos completam de 11 a 12 anos de idade, quando se encontram em situação regular de frequência escolar.

Dentre as principais justificativas apresentadas pelos jovens sobre o motivo que os levou à evasão escolar (Gráfico 04), destacam-se algumas questões como: a dedicação ao trabalho (35,7%) devido à necessidade de auxiliar a família financeiramente; também a gravidez precoce (28,6%); por

² O programa de inclusão de jovens ao ensino, tratado neste trabalho, admite a matrícula de jovens que nunca cursaram período algum do ensino fundamental regular, desde que comprovem sua alfabetização.

falta de incentivo familiar (21,4%); e por outros motivos (14,3%) que envolvem questões diversas.

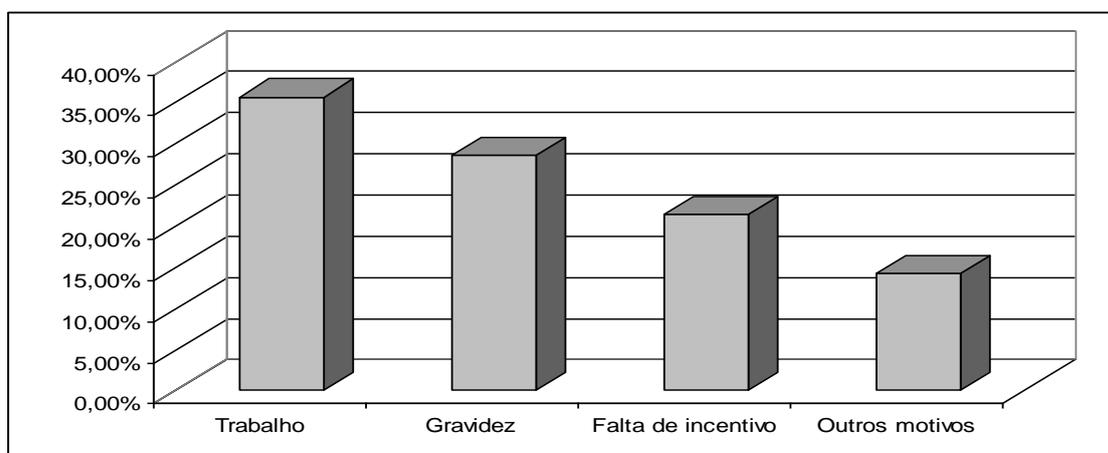


GRÁFICO 04 - MOTIVOS QUE INFLUENCIAM A EVASÃO ESCOLAR

Fonte: Dados da Pesquisa (2010)

Freire (2003, p. 11) afirma que o homem só vive autenticamente quando se encontra integrado com a sua realidade, e que as pessoas “[...] vivem vida inautêntica enquanto se sentem estrangeiras em suas realidades”.

Para Di Pierro et alii (2001), a entrada precoce no mercado de trabalho e a exigência cada vez maior de instrução e de domínio de atividades no cenário profissional estabelecem os principais fatores que direcionam os adolescentes e os jovens para os cursos de suplência. Nessa conjuntura, a suplência passou a ser oportunidade educativa para uma significativa parcela da população. Direciona-se a suplência para os que iniciam a escolaridade na condição de adultos inseridos no mercado de trabalho, para adolescentes e adultos jovens que se evadiram da escola há algum tempo e para alunos que ingressaram e cursaram recentemente a escola regular, mas que apresentam significativa defasagem entre a idade e a série que vinham cursando (DI PIERRO, 2001).

5.3 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PROJovem URBANO PELA ÓTICA DOS ALUNOS PARTICIPANTES

Para compor esta etapa da pesquisa foram entrevistados alunos que concluíram todas as etapas do Projovem Urbano, em Toledo, no final do ano de 2011. Assim, neste tópico serão apresentadas as informações e opiniões dos alunos, após a conclusão do PROJovem URBANO.

Inicialmente foi solicitado aos alunos pesquisados que avaliassem a qualidade do ensino regular frequentado no passado, considerando em tal avaliação notas entre 0 e 10 pontos, onde 0 seria a nota mais baixa e 10 a mais alta. Tal questionamento resultou em uma média de 7,08 pontos. Ao solicitar que o grupo efetuasse uma avaliação semelhante, agora considerando o programa de inclusão de jovens ao ensino do qual participaram, ou seja, o PROJovem URBANO, a média então atingiu 9,36 pontos.

Segundo os alunos, dentre os principais motivos que os levaram a uma avaliação positiva do PROJovem URBANO destacam-se os horários compatíveis à realidade de quem trabalha em horário comercial, a bolsa permanência oferecida para custear eventuais despesas, como transporte e babá para cuidar dos filhos, a qualificação profissional oferecida pelo currículo integrado do programa e os métodos de ensino empregados em sala de aula.

A maioria dos jovens inseridos no programa (55%) teve conhecimento deste por meios de comunicação convencionais, como rádio e televisão. Os demais obtiveram conhecimento sobre a oportunidade de acesso ao programa por diversos meios, como informações de amigos, reuniões de associações de bairros e reuniões nas escolas dos filhos, avisos em igrejas e outros.

Após a conclusão de todas as etapas do programa, os jovens foram questionados quanto ao seu comprometimento na condição de alunos. Nesse quesito foi solicitada aos entrevistados uma autoavaliação, expressa por meio de uma nota variando de 0 a 10, conforme o seu grau de comprometimento. Dessa forma, 47,5% dos jovens se avaliaram com nota 10

quanto ao comprometimento com o qual encararam as aulas, 45% deram nota 8 e em uma mesma proporção de 2,5%, os alunos se avaliaram com nota 5, 6 e 7.

Os principais motivos que levaram a uma avaliação positiva por parte dos alunos quanto ao comprometimento deles em cursar o programa, estão agrupados e demonstrados no Gráfico 05. O fator que mais se destacou nessa avaliação, levando os alunos a enfrentar de maneira séria o programa, foi a necessidade de retomar os estudos para almejar uma melhor posição no mercado de trabalho. Na sequência, observa-se a bolsa permanência indicada por 17,5% dos alunos. A flexibilidade do curso por meio do método de ensino oferecido foi citada como motivo-chave por 7,5% dos entrevistados. E, por fim, 2,5% dos alunos afirmaram não ter encarado o programa PROJOVEM URBANO com seriedade.

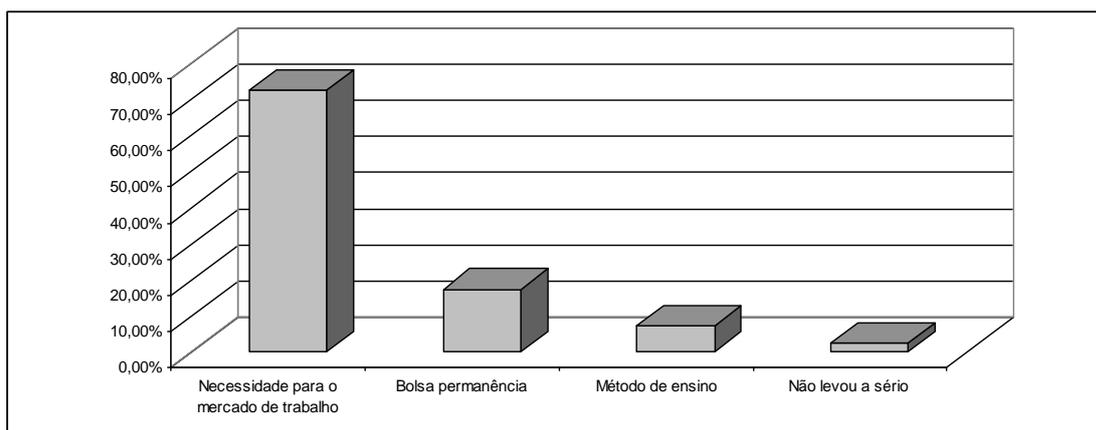


GRÁFICO 05 - MOTIVOS QUE INFLUENCIARAM NO COMPROMETIMENTO DOS ALUNOS COM O PROJOVEM URBANO

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

O método de ensino do programa, mencionado no Gráfico 05 como um dos motivos de influência no comprometimento dos alunos, também foi posto em questionamento para avaliação dos entrevistados. Nesse quesito, a menor nota mencionada pelos alunos foi 5, ocorrendo em 7,5% das respostas. A nota 8 foi a mais evidente, sendo apresentada por 67,5% dos alunos. Ainda, a nota máxima (10) ocorreu em 12,5% das respostas.

Os alunos entrevistados consideraram vários pontos como positivos no PROJovem URBANO. O principal foi a faixa etária dos colegas, representado por 25% dos entrevistados, pois os jovens se sentem mais à vontade estudando em turmas que possuem a média de idade mais alta, o que é uma característica desse grupo em relação a média de idade dos alunos inseridos no ensino regular. Na sequência, 22,5% dos alunos consideraram o perfil dos professores favorável para um bom relacionamento entre educador e educando, em sala de aula. Ainda, o método de ensino foi citado por 20% do público pesquisado. Os demais, representando 32,5% do total de entrevistados, consideraram, em ordem decrescente, as amizades realizadas, a bolsa permanência e o horário das aulas como itens favoráveis para a conclusão do programa.

Pontos negativos também foram verificados na pesquisa, sendo que, dentre os principais, observam-se fatores como a falta de coordenação local, o que prejudicou muito na organização do programa, ponto esse indicado por 62,5% dos alunos. Considerando a estrutura das escolas e também a falta e troca de professores, cada uma dessas situações foi destacada por 15% dos alunos. Por fim, 7,5% citaram o preconceito dentro do ambiente escolar, como um ponto negativo para um bom desenvolvimento das atividades programadas.

A pesquisa realizada destacou que a maioria dos entrevistados (45%) julgou importante o auxílio no valor de R\$ 100,00 para manter a frequência no curso. Os que relataram ter dado pouca importância para essa questão representaram 30% da amostra. A minoria dos entrevistados, aqui representados por 25% do grupo, considerou a bolsa auxílio como fator de grande significância para a permanência e conclusão do programa.

Quando questionado sobre a percepção que os alunos têm em relação à importância da ajuda de custo para seus colegas, a maioria (80%) considerou que, para os colegas, esse auxílio financeiro tenha sido de grande importância, para que concluíssem todas as atividades. Na mesma questão, 20% dos entrevistados estimaram que, para os demais colegas, a quantia repassada foi importante. Ainda, dentre o grupo pesquisado não houve relatos

que indicassem pouca importância em relação à percepção da ajuda de custo, por parte dos demais colegas.

No trabalho também se buscou identificar em que tipo de despesa o valor da ajuda de custo foi empregado pelos alunos (Gráfico 06). Observou-se então que 57,50% do grupo utilizaram o valor para cobrir despesas mensais do ambiente familiar. Outros 23% fizeram uso do valor para despesas supérfluas. Para 12,5%, o valor custeou o transporte até a escola. Ainda 5% iniciaram uma economia e 2% investiram em outros cursos, como informática e línguas.

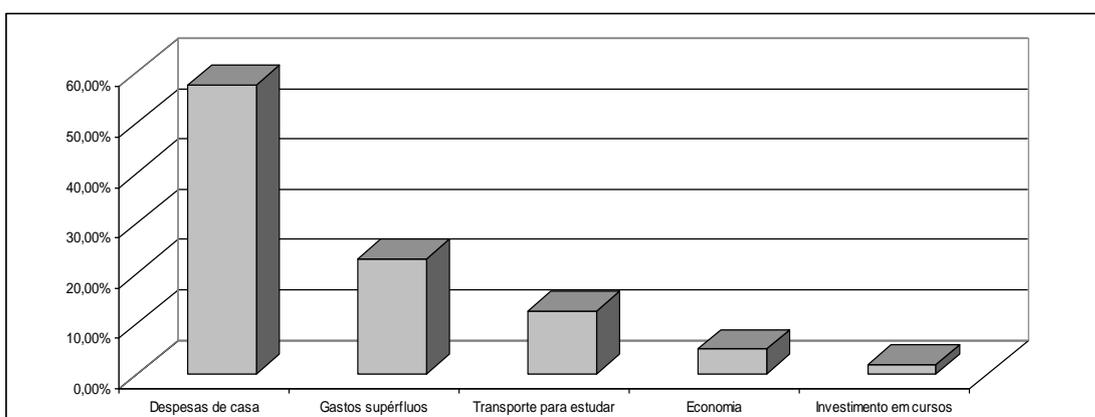


GRÁFICO 06 – UTILIZAÇÃO DO AUXÍLIO.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

Apenas 15% dos alunos formados pelo programa recebem algum outro tipo de auxílio por parte do governo. Os beneficiados por outras bolsas fazem uso do programa Fome Zero, Bolsa Família e Bolsa Escola.

A maioria dos alunos (95%) que participaram do PROJOVEM URBANO, em Toledo, informou que conhece outros jovens que gostariam de ter participado do programa, porém não tiveram conhecimento do mesmo no período de matrículas, no ano de 2009.

Uma grande parte dos jovens formados (92,5%) acha que o programa deveria ter prosseguimento. Segundo o grupo pesquisado, a continuidade do programa seria importante tanto para atender outros interessados, os quais só tiveram conhecimento do mesmo após o início das

atividades letivas e, também, para dar prosseguimento à formação dos concluintes do PROJOVEM URBANO, com o objetivo de adentrarem ao ensino médio por meio de um programa específico, nos moldes do PJU.

Ainda, entre os alunos que não se disseram favoráveis à continuidade do programa, esses justificam sua opinião ao observarem a falta de organização por parte da coordenação do programa, e também, pelo preconceito da sociedade para com esse grupo de estudantes.

O estudo também objetivou conhecer se os jovens egressos do PROJOVEM URBANO seguiram na formação escolar, ingressando no ensino médio logo após a conclusão do PJU, ou seja, já no ano letivo de 2011. Assim, verificou-se que apenas 30% dos concluintes do ensino fundamental pelo PJU iniciaram o ensino médio regular logo após a finalização do programa, sendo que 2,5% desses alunos desistiram no mesmo período. Os demais (70%) não iniciaram atividade escolar alguma.

Os principais motivos para a não continuidade dos estudos foram assim elencados em ordem decrescente: o horário de trabalho; dificuldades na conciliação do cuidado dos filhos; falta de vontade; objetivo atingido apenas com o ensino fundamental; por não se sentirem à vontade no ambiente escolar; e por problemas de saúde.

Dentre os alunos entrevistados que relataram ter dado continuidade aos estudos após o PROJOVEM URBANO, 97% desses acham que não teriam entrado em sala de aula sem a oportunidade de acesso ao referido programa em Toledo, considerando que foi uma forma diferenciada de retomar o ensino fundamental. Os demais (3%) confirmam que, de qualquer maneira, teriam procurado alguma forma de reinserção à escolaridade na época.

Destaca-se que 85% dos jovens pesquisados disseram se sentirem valorizados pela oportunidade em participar do programa, relatando ainda que o PROJOVEM URBANO os instigou a buscar algo a mais em suas vidas. Já os demais egressos (15%) não se consideraram despertados pelo

programa. Nesse mesmo sentido, a grande maioria dos jovens (92,5%) se sentiu privilegiada pela possibilidade de acesso ao PJU e sendo que uma minoria (7,5%) não considerou tal fato um privilégio.

No questionamento sobre o grau de contribuição do programa para o desenvolvimento escolar dos alunos, foi-lhes solicitada uma escolha entre as opções “muito”, “médio” e “pouco”. Nesse sentido, apenas 20% dos entrevistados consideraram que o programa teve muita contribuição. Já para a maior parte dos alunos (65%) o programa contribuiu de forma mediana no crescimento e aproveitamento de cada qual, perante o processo de ensino como um todo. Ainda, 15% dos alunos consideraram que o PJU auxiliou pouco no seu desenvolvimento escolar.

Conforme as informações expostas na Tabela 04, os alunos foram questionados quanto ao desenvolvimento específico proporcionado pelo PROJOVEM URBANO. Nesse quesito buscou-se identificar a evolução do público pesquisado em itens isolados, como na escrita, na leitura, na interpretação de textos, no raciocínio lógico e na fala em público. De forma geral, acima de 90% dos alunos consideraram terem obtido melhoras em todos os itens, sendo que a nota média indicada na melhora no conjunto foi de 7,08 pontos.

TABELA 04 – MELHORA DO DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICO

Itens desenvolvidos	Sim	Não	Nota/média
Escrita	97,5%	2,5%	7,02
Leitura	92,5%	7,5%	6,72
Interpretação de textos	97,5%	2,5%	7,27
Raciocínio lógico	90,0%	10,0%	7,02
Fala em público	92,5%	7,5%	7,37

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

Mesmo assim, no entanto, apesar da percepção de um alto grau de progresso, apenas 67,50% dos alunos disseram se sentirem preparados para enfrentar o ensino regular, sendo que justificaram sua resposta pela melhora obtida na leitura e na escrita. Complementando essa questão, 32,5% do grupo pesquisado consideraram o método regular de ensino muito

diferenciado do PROJOVEM URBANO, por esse motivo justificaram não estarem preparados para o ensino regular.

Ainda em outra questão, 90% dos alunos informaram que gostariam de ter acesso a um ensino médio com o mesmo perfil do programa PROJOVEM URBANO.

Em relação à qualificação profissional oferecida aos jovens, uma das três bases do programa, todos os entrevistados afirmaram ter obtido uma melhora da percepção no seu ambiente de trabalho, pelo viés da qualificação, com a conclusão do PROJOVEM URBANO. Os egressos apontaram progressos no âmbito laboral, como a criação de uma concepção mais apurada e ampliada do ambiente onde trabalham e, ainda, destacaram avanços no conhecimento dos seus direitos e deveres dentro das organizações onde desempenham suas funções.

A terceira base que forma o alicerce do programa, a participação cidadã, também foi alvo de avaliação na pesquisa. Nesse quesito, para 12,5% do público pesquisado, a participação cidadã contribuiu muito no conhecimento do meio em que esses jovens se sentem inseridos. A maioria (65%) considerou que a contribuição de tal base foi média e para 22,5% a contribuição da PC teve pouca importância.

Quanto às suas experiências na área de formação técnica, a pesquisa buscou verificar, entre os jovens, o seu envolvimento e interesse nesse campo. Dentre os alunos, 57,5% deles nunca haviam participado de algum outro tipo de treinamento profissional, os demais (42,5%) confirmaram já terem tido contato anteriormente com algum outro tipo de formação técnica, participando de treinamentos específicos.

Analisando a ocupação dos alunos, 70% encontravam-se desempregados quando iniciaram o PROJOVEM URBANO. Dentre o grupo de jovens que se encontrava atuando (30%) no mercado de trabalho, 84% desses estavam no emprego há menos de 6 meses, outros 16% já estavam trabalhando entre 6 meses e 1 ano.

Para o grupo de jovens que estavam no mercado de trabalho no início do programa, a atividade era formal, com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para (100%) dos empregados. Ainda, para o exercício da função, 8% dos jovens necessitaram de algum treinamento ou formação profissional própria para o tipo de trabalho exercido, enquanto que 92% dos jovens disseram não ser preciso treinamento algum, para exercer a função que desempenhavam na ocasião.

Quanto aos benefícios agregados pelo PROJOVEM URBANO na área profissional, os jovens foram questionados no intuito de verificar se o programa proporcionou alguma nova oportunidade de emprego. Nesse questionamento, 18 jovens (45%) afirmaram que o PJU auxiliou no acesso ao mercado de trabalho, enquanto que 22 jovens (55%) relataram não ter surgido oportunidade de trabalho alguma, decorrente da formação obtida pelo programa.

Ao analisar o impacto dentro do ambiente profissional em que os jovens já estavam inseridos, proporcionado pela participação no PROJOVEM URBANO, apenas 12,5% dos entrevistados relataram ter obtido alguma oportunidade de evolução. Para esse grupo, tal progresso foi justificado pela aprendizagem auferida, pela melhoria do comportamento apresentada no ambiente de trabalho e, ainda, pelo reconhecimento da formação, pois as empresas firmavam contratos formais de trabalho apenas com pessoas que se encontravam estudando ou possuíam algum nível de escolaridade.

Além da qualificação profissional, o programa também proporcionou atividades de participação cidadã dentro da comunidade, observando a realidade dos alunos. Nesse sentido, apenas 2,5% dos entrevistados acham que as atividades realizadas com a comunidade despertaram ou proporcionaram algumas oportunidades profissionais, contudo nenhum aluno sugeriu algo para melhorar a qualificação profissional oferecida pelo PROJOVEM URBANO.

Ainda, todos os entrevistados se disseram interessados em participar do programa, apenas pela formação fundamental e pela participação

cidadã oferecidas, caso a qualificação profissional não estivesse inserida entre as bases do PROJovem URBANO.

Os entrevistados também foram questionados sobre qual das bases abordadas consideraram mais importante no desenvolvimento programa, entre a formação fundamental, a qualificação profissional, a participação cidadã ou, ainda, a combinação dessas bases. Os jovens destacaram, principalmente, a importância da combinação das bases, opção indicada por 97,5% dos alunos, sendo que a formação fundamental foi mencionada por 2,5% dos alunos. As bases de qualificação profissional e participação cidadã não foram citadas de forma isolada.

Analisando os benefícios proporcionados pela qualificação profissional (Gráfico 07), a maioria dos entrevistados (75%) julgou ser mais importante a formação técnica geral ofertada. Dentro da base em questão, a formação técnica geral oferece o preparo para o mercado de trabalho independentemente da área em que o indivíduo venha a exercer sua função. Para 15% do grupo, o conjunto constituído pela formação técnica geral, pelo arco ocupacional de administração e pelo plano de ação foi o que trouxe um melhor benefício para o preparo profissional. Individualmente, também foram citados pelos alunos o arco ocupacional (7,5%) e o plano de ação (2,5%).

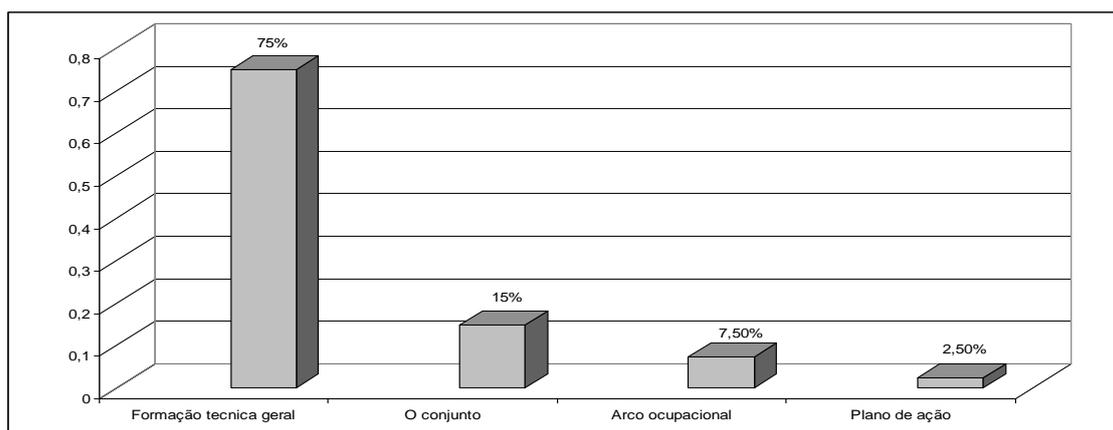


GRÁFICO 07 – BENEFÍCIOS DA BASE DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

Salienta-se que, em Toledo, dentre o conjunto de arcos que o programa trabalha no país, o arco ocupacional de Administração foi o escolhido

para ser desenvolvido pelo PROJovem URBANO no município. A partir desse fato, a pesquisa buscou identificar se os alunos concordavam com tal opção, ou seja, a área abrangida.

Verificou-se que a grande maioria dos alunos (97,5%) relatou estar de acordo com a escolha do arco de Administração, sendo que apenas uma pequena parte desses (2,5%) admitiu preferir alguma outra área. Quando questionados sobre quais áreas consideravam interessantes para direcionar a sua formação profissional, esses indicaram Recursos Humanos, Farmácia, Vendas, Informática, Enfermagem, Secretariado e Construção Civil.

Após o agrupamento e a organização dos dados alçados entre os jovens participantes do PROJovem URBANO no município de Toledo-PR, tornou-se possível estruturar a análise desses dados, cumprindo com o objetivo dos questionamentos. A conclusão da pesquisa permitiu conhecer algumas informações que possibilitaram identificar a resposta da hipótese traçada, resultado apresentado no capítulo final deste trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central do trabalho foi analisar os resultados da qualificação profissional ofertada a um grupo específico de pessoas, inseridas em um programa de capacitação de jovens, a partir de sua reinclusão ao ensino fundamental, o PROJovem URBANO. Nesse sentido, buscou-se analisar a eficácia do programa no município de Toledo-PR, pelo viés de uma de suas bases, a de qualificação profissional, salientando que o programa é complementado por outras duas bases, a de ensino fundamental e a base de participação cidadã. Assim, o foco principal do trabalho se resumiu em verificar se o programa foi eficaz no alcance dos objetivos propostos, perante a qualificação profissional proporcionada aos jovens participantes.

Na concepção do programa, a qualificação profissional reflete no desenvolvimento de habilidades em prol do autoconhecimento, da sociabilidade e da realização pessoal. Simultaneamente a esse processo ocorre a preparação para a inserção ocupacional, com o objetivo de assegurar renda aos jovens participantes e, conseqüentemente, proporcionar a sua autonomia (SALGADO; AMARAL, 2008).

O histórico do PROJovem URBANO em Toledo-PR demonstra que foram registradas 449 inscrições de jovens antes do início das atividades letivas no ano de 2009. Desses inscritos, apenas 243 alunos efetivamente iniciaram as atividades no mês de abril do mesmo ano. Depois de decorridos os 18 meses de aulas, conforme a proposta do programa, apenas 60 jovens vieram a se formar. Para fomentar a análise da eficácia da base de qualificação profissional, do programa PJU no município, foi aplicada uma entrevista com os alunos egressos do programa no ano de 2010. A pesquisa abrangeu um grupo formado por 40 desses jovens.

No levantamento do perfil dos alunos inseridos no PJU no município de Toledo-PR, verificou-se que existiu uma maior incidência de jovens do sexo feminino. A faixa etária predominante ficou entre 18 e 25 anos

de idade. Observou-se, entre os alunos, que os casados ou amasiados são a maioria no grupo pesquisado, de acordo com o estado civil em que se encontravam na ocasião da pesquisa.

Quanto à sua naturalidade, a maioria dos alunos, representados por 71,4% do total de entrevistados, são nascidos no município de Toledo-PR. Dos jovens provenientes de outras localidades, a maioria deles reside no município há mais de 5 anos. A pesquisa também identificou que uma expressiva parcela dos jovens já são pais de família (78,5%) e, desses, 59% possuem apenas 1 filho, sendo que os demais possuem entre 2 e 3 filhos.

Do total de alunos que iniciaram o programa, dentre o grupo abordado na pesquisa, 71,4% desses jovens encontravam-se trabalhando. Dentre os alunos empregados, 69,4% adentraram ao mercado de trabalho com idade até 14 anos e apenas 30,6% começaram a trabalhar a partir dos 15 anos de idade. Observa-se que a oportunidade de emprego existe no município e as vagas são ocupadas sem exigência de escolaridade formal, uma das lacunas que o programa pretende suprir, pois visa à formação fundamental dessa parcela da população. Sobre a atividade que os jovens em questão desempenhavam, verificou-se que a de maior evidência é a atividade referente às linhas de produção, seguida da atividade doméstica.

Entre os jovens pesquisados, os quais concluíram o PROJOVEM URBANO, a maior parte (70%) estava desempregada na ocasião do início do programa. Tal informação evidencia que os jovens que deixaram o programa ao longo das aulas estavam empregados, indicando uma possível impossibilidade desses jovens em conciliar o trabalho e o estudo.

As informações obtidas confirmaram que a necessidade de inserção precoce ao mundo do trabalho, configura a principal justificativa apresentada pelos jovens para a evasão escolar na época do ensino regular. A opção pela dedicação ao trabalho deixando os estudos em segundo plano ocorre principalmente pela necessidade dos jovens em prover auxílio financeiro às famílias. Ainda observou-se que a gravidez precoce também incentivou uma

parcela significativa de adolescentes a abandonar a sala de aula, quando no ensino fundamental regular.

Os problemas verificados, os quais culminam na evasão escolar, já são bem conhecidos da sociedade brasileira, e observou-se que também fazem parte da realidade local. Dentre as ações emanadas do poder público, no intuito de minimizar as consequências geradas por tais problemas, justificase a criação de programas de reinclusão de jovens no ensino, a exemplo do PROJovem URBANO.

Ao avaliar o ensino regular frequentado anteriormente e o oferecido pelo PJu, os jovens demonstraram aprovação pelos dois métodos, sendo que a nota média atingiu 7,08 no primeiro e 9,36 no segundo método. Observa-se uma avaliação positiva do programa em relação ao método convencional.

Os principais motivos que resultaram no julgamento positivo do programa, apresentados pelos alunos que concluíram o programa, englobaram facilidades e incentivos como a compatibilidade dos horários das aulas com a jornada de trabalho, o auxílio financeiro oferecido para custear despesas dos alunos em função das aulas, a expectativa gerada pela qualificação profissional oferecida pelo currículo integrado e os métodos de ensino empregados durante o programa em sala de aula.

Em uma autoavaliação, os alunos expuseram o seu comprometimento com a proposta do PROJovem URBANO. A maioria dos jovens (90%) avaliou-se positivamente, indicando notas entre 8 e 10 para o seu empenho em cumprir com os objetivos do programa. A justificativa apresentada pelos jovens egressos, no seu autojulgamento favorável, baseou-se na necessidade de retomar os estudos com o objetivo de melhorar sua posição perante o mercado de trabalho. A busca de formação escolar para agregar condições de progressão profissional, demonstra a conscientização dos jovens sobre o valor do ensino para o desenvolvimento de suas carreiras.

Após o encerramento do programa os alunos perceberam progressos individuais, pois presenciaram o desenvolvimento da escrita, da leitura, da interpretação de textos, do raciocínio lógico e da oratória. Não são, contudo, todos os formados que se afirmam preparados para enfrentar o ensino médio regular.

Ao retratar o perfil profissional dos alunos, identificou-se que a maioria deles estava desempregada ao iniciar o programa. Entretanto, a qualificação ofertada pelo PROJOVEM URBANO possibilitou o acesso a novas oportunidades de emprego para 18 jovens em um grupo de 28 indivíduos. Dos 12 alunos formados que se encontravam empregados ao iniciar o curso, verificou-se que apenas 2 jovens observaram alguma valorização pela qualificação profissional recebida.

A combinação das 3 bases que formam o PROJOVEM URBANO foi o fator que os alunos consideraram mais importante na estrutura geral do programa. Entretanto, ao analisar o recorte da qualificação profissional, que se divide entre a formação técnica geral, o arco ocupacional e o projeto de orientação profissional, buscou-se identificar se algum desses itens, de forma isolada, se destacava em importância para os alunos ou, ainda, se o conjunto era o fator mais essencial.

Os jovens formados pelo programa, em sua maioria, citaram a Formação Técnica Geral como a área mais relevante, pois foi a que proporcionou o preparo para o mundo profissional, independente do campo específico de formação. Na FTG, os alunos conheceram os direitos e deveres de um profissional diante das atividades no ambiente profissional.

Quanto à opção do programa em abordar área da administração, como o arco ocupacional a ser trabalhado no município de Toledo, a grande maioria dos alunos foi favorável à escolha, porém não houve relatos quanto a um retorno ou benefício considerável por essa opção.

Conclui-se que o programa mostrou-se mais positivo para jovens que não se encontravam trabalhando durante a realização do mesmo,

realidade que caracterizou uma menor parcela de alunos. Percebeu-se ainda que o esforço em qualificar jovens na área da administração também não agregou benefício considerável aos formados, os quais relataram ter obtido maior acrescentamento com a Formação Técnica Geral, a qual visou um preparo para o mundo profissional, disjunto de um campo específico de formação.

Neste trabalho o foco abrangeu especificamente o viés da qualificação profissional. Assim, sugere-se, para trabalhos futuros, a realização de uma análise da eficácia nas demais bases que sustentam o PROJOVEM URBANO, o que possibilitaria implementar um estudo mais aprofundado do ensino fundamental ofertado pelo programa e da participação cidadã.

Por fim, espera-se que a pesquisa venha a contribuir para o aprimoramento ou até mesmo para a elaboração de políticas públicas que visem a qualificação profissional e a reinclusão escolar de jovens.

REFERÊNCIAS

AQUINO, L. M. C. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 25-39.

BARRETTO NETO, J. F. **Políticas públicas de desenvolvimento educacional**: uma análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Barra da Estiva e Maiquinique – Bahia. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/pdfs/dissertacao_politicas_publicas/2010/jose_francisco_barreto_netto.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.

BORGES, P. R. S. **Comparativo das dinâmicas de desenvolvimento econômico nos municípios de Campo Mourão e Toledo – Paraná, durante o período de 1996 a 2006**. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/Dissertacoes%20Mestrado/171%20Paulo%20Borges.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

CARVALHO, C. T. **Qualificação dos trabalhadores em Minas Gerais – desafios e avanços de uma política pública de educação profissional, o PEQ-MG**. Disponível em: http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/403/1/Cassia_Torres_de_Carvalho.pdf>. Acesso em: 20 maio 2011.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <http://www.fgv.br/ebape/nova-ebape/comum/arq/Costa_castanha.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2011.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, nov. 2001.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, A. L. A. Políticas de qualificação profissional: uma questão para o debate. Barcelona: **Acripta Nova – revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, 2002, v. VI, p. 119-132. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119132.htm>>. Acesso em: 25 maio 2011.

FÉRES, M. J. V.; CURY, C. R. J.; FILHO, R. B.; NOVAES, R. C. R.; SALGADO, M. U. C.; RANGEL, C. M.; FIGUEIRA, E.; ZANBERLAN, F. L.; MELLO, R. F.; GARCIA, J. D. e M.; OLIVEIRA, G. D.; LIMA, P. G. C.; PASSOS, M. S. **Textos complementares para formação de gestores**. Brasília: 2008. Disponível em: <www.projovemurbano.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2011.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados – cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=412770>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Indicadores - sociais**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/indice_geral.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2012.

_____. **Indicadores - sociais**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 6 jun. 2012.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MAIA, J. A. F. **Metodologia para avaliação ex ante e ex post da relevância social de políticas públicas**. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/3_metodologia_para_avaliacao_ex_ante_e_ex_post.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2012.

MOURÃO, L.; BORGES-ANDRADE, J. Avaliação de programas públicos de treinamento: um estudo sobre o impacto no trabalho e na geração de emprego. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 33, p. 13-38, 2005. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=625>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

NASCIMENTO, E. R. **Elaboração, análise e avaliação de políticas públicas**. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/5AOFc/apostila/oficina-3-elaboracao-analise-e-avaliacao.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2012

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR. Disponível em: <<http://www.toledo.pr.gov.br>>. Acesso em: 1º jun. 2011.

PROJOVEM URBANO. **O curso - arcos ocupacionais**. Disponível em: <http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudo_s&cod=725>. Acesso em: 10 fev. 2011.

RIOS-NETO, E. L. G.; OLIVEIRA, A. M. H. C. **Políticas voltadas para a pobreza: o caso da formação profissional**. Disponível em: <<http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdadepobrezabrazil/capitulo21.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2011a.

_____. **Uma avaliação experimental dos impactos da política de qualificação profissional no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v61n3/a04v61n3.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011b.

SALGADO, M. U. C.; AMARAL, A. L. **MEOG – Manual do educador orientações gerais**. Brasília: 2008

SALGADO, M. U. C.; NOVAES R. C. R.; AMARAL, A. L.; AZZI, S. **PPI – Projeto Pedagógico Integrado: Projovem Urbano**. Brasília: 2008

SANTOS, A. R.; **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SECJ – Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. **Projovem Urbano**. Disponível em: <<http://www.secj.pr.gov.br/>>. Acesso em: 11 set. 2010.

SECS - Secretaria de Estado da Comunicação Social. **Agência de Notícias Estado do Paraná - AEN**. Curitiba. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=46101&tit=Aulas-do-Projovem-Urbano-co-mecam-na-segunda-feira>>. Acesso em: 20 maio 2011.

SOUZA, F. V. F. **Qualificar para quê?** Dilemas da política de qualificação profissional. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/ESS_D/FatimaValeriaDeSouza.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2011.

TAVARES, E. M. F. **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável**: dilemas teóricos e pragmáticos. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/63/69>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

VELADA, A. R. R. **Avaliação da eficácia da formação profissional**: fatores que afetam a transferência da formação para o local de trabalho. 2007. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/626/1/Tese%20Doutoramento_Raquel%20Velada.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

VELASCO, E. G. **Jovem e qualificação profissional**: programas e trajetórias de jovens em busca do primeiro emprego em Mato grosso. São Luis, 2007. Disponível em: <http://www.gaepp.ufma.br/producao_cientifica/download.php?id=125>. Acesso em: 28 maio 2011.

VIEIRA, C. A. dos S.; ALVES, E. L. G. **Qualificação profissional**: uma proposta de política Pública. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_376.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A**FORMULÁRIO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

PESQUISA DE CAMPO - FORMULÁRIO PARA OS JOVENS CONCLUÍNTES DO
PROJOVEM URBANO – TOLEDO PARANÁ

I – IDENTIFICAÇÃO:

1- Idade:

2- Sexo:

3- Estado civil:

4- Onde você nasceu?

II – PERFIL FAMILIAR, CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DE SAÚDE:

1- Caso não tenha nascido em Toledo-PR, há quanto tempo reside nessa cidade?

2- Com que idade começou a trabalhar?

3- Você tem filhos?

4- Dos que são pais, tiveram o seu primeiro filho com que idade?

5- Trabalha fora?

6- Com que idade iniciou sua vida profissional?

7- Qual é a sua renda, em número de salários (sendo que o salário mínimo equivale a R\$ 510,00)?

8- Qual sua renda familiar, em número de salários (sendo que o salário mínimo equivale a R\$ 510,00)?

9- Quantos membros da sua família dependem da renda relatada na questão anterior?

III) PERFIL EDUCACIONAL DOS JOVENS – INFORMAÇÕES E OPINIÕES DOS ALUNOS APÓS CONCLUSÃO DO CURSO

1- Antes de participar do PROJOVEM URBANO, você frequentou a escola regular?

() sim () não

2- Caso tenha respondido “sim” na questão anterior, até que série completou?

3- Qual foi o principal motivo que fez com que você não frequentasse a escola no período considerado normal?

4- Quando criança, você teve incentivo da sua família para estudar?

5- De 0 a 10, avalie o método de ensino regular que já frequentou? Por quê?

() não frequentei

6- Como você teve conhecimento do PROJOVEM URBANO?

7- De 0 a 10, avalie a seriedade com que levou o curso.

8- O que fez com que levasse o PROJOVEM URBANO a sério?

9- De 0 a 10, avalie o método de ensino oferecido pelo PROJOVEM URBANO? Por quê?

10- O que você considera mais positivo no PROJOVEM URBANO?

11- O que você considera mais negativo no PROJOVEM URBANO?

12- Em sua opinião, qual é a importância do auxílio de R\$100,00 para a frequência ao curso?

() Muito importante

() Importante

() Pouco Importante

13- E para os demais colegas, você considera que a importância foi?

() Muito importante

() Importante

() Pouco Importante

14-Em que você utiliza o auxílio oferecido pelo programa?

15- Além do auxílio oferecido pelo PROJOVEM URBANO, sua família é beneficiada por outras formas de ajuda por parte do governo?

() sim, quais _____

() não

16-Você conhece jovens que gostariam de ter participado do programa, e não tiveram a informação do mesmo no período de matrículas, em 2009?

() sim () não

17- Você acha que o programa deveria ter continuidade? Justifique a sua resposta _____

18- Pretende iniciar o ensino médio no próximo ano letivo?

() sim () não

Justifique: _____

19- Sem a oportunidade do PROJOVEM URBANO, você acha que estaria em sala de aula hoje? Justifique sua resposta: _____

20- O PROJOVEM URBANO despertou algo mais em sua vida?

() sim () não

21- Você se considera privilegiado(a) por ter tido acesso ao PROJOVEM URBANO?

() sim() não

22- Em sua opinião, em que medida o curso contribuiu para o seu desenvolvimento escolar?

() Muito

() Médio

() Pouco

23- Durante o PROJOVEM URBANO (avalie de 0 a 10):

- Acha que sua escrita melhorou? ()sim ()não **nota** _____.

- Acha que sua leitura melhorou? ()sim ()não **nota**_____.

- Consegue interpretar textos com maior facilidade? ()sim ()não **nota**_____.

- O seu raciocínio lógico evoluiu? ()sim ()não **nota**_____.

- Você melhorou sua fala em público? ()sim ()não **nota**_____.

24- Você se sente mais preparado para enfrentar um ensino regular?

() sim () não

Justifique: _____

25- Com a qualificação profissional, que o programa oferece:

- Consegue visualizar de um modo mais completo o seu ambiente de trabalho?

() sim () não

- Melhorou o conhecimento dos seus direitos e deveres dentro do ambiente de trabalho?

() sim () não

26- A participação cidadã contribuiu em que medida para o conhecimento do meio em que você se encontra inserido?

() Muito

() Médio

() Pouco

27-Você gostaria que tivesse um ensino médio, com o mesmo perfil do PROJOVEM URBANO?

() sim () não

Justifique:

28- O que melhorou em sua vida com o PROJOVEM URBANO?

29- Sobre o PROJOVEM URBANO, o que você gostaria de deixar como comentário?

30- Além do PROJOVEM URBANO você já participou de algum treinamento profissional?

() Sim () Não

31- Encontrava-se empregado quando iniciou o PROJOVEM URBANO?

Sim Não

Caso sim:

32- O tempo de trabalho era?

há menos de 6 meses

mais de 6 meses a 1 ano

de 1,1 a 2 anos

de 2,1 a 5 anos

há mais de 5 anos

33- A forma de contratação era?

registro formal (CLT)

funcionário público

informal com horário a cumprir

informal sem horário a cumprir

autônomo

outra forma.

34- Para o exercício da função, você necessitou de algum treinamento ou formação profissional própria para o tipo de trabalho exercido?

Sim. Descreva qual:

Não

35- Por causa do PROJOVEM URBANO, você obteve alguma nova oportunidade de emprego?

Sim Não

36- Por causa da participação no PROJOVEM URBANO, você obteve alguma oportunidade de melhora dentro do seu ambiente de trabalho?

Sim. Descreva qual:

Não

37- Além da Qualificação Profissional, o programa também proporcionou atividades de participação cidadã dentro da comunidade e realidade dos alunos. Nesse sentido, você acha que as atividades com a comunidade despertaram ou proporcionaram algumas oportunidades profissionais para você?

Sim. Descreva qual ou quais:

Não

38- Você possui alguma sugestão para melhorar a Qualificação Profissional que o PROJOVEM URBANO oferece?

Sim. Descreva qual ou quais:

Não

39- Se o PROJOVEM URBANO não tivesse a proposta de Qualificação Profissional, você teria frequentado o curso apenas pela formação fundamental e pela participação cidadã?

Sim Não

40- O que você considera mais importante no programa PROJOVEM URBANO?

A Formação Fundamental

A Qualificação Profissional

A Participação Cidadã

A combinação das bases:

41- Para você, o que foi mais benéfico dentro da base da Qualificação Profissional?

A Formação Técnica Geral (FTG)

O Arco Ocupacional (AO)

O Plano de Orientação Profissional (POP)

Justifique: _____

42- Em Toledo-PR, quanto ao Arco Ocupacional trabalhado, foi o de Administração. Você está de acordo com a área de formação trabalhada?

() Sim () Não

Caso não:

43- Que outras áreas acharia interessante direcionar à formação profissional dos jovens?
